



FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

Jóni Cardoso Coelho

2º Ciclo de Estudos em Filosofia

Uma Crítica ao Estado em Murray Rothbard

2014

Orientador: Professor Doutor José Meirinhos

Coorientador: Professor Doutor Jesús Huerta de Soto

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP:

**Jóni Cardoso Coelho**

**Uma crítica ao Estado em Murray Rothbard**

Dissertação de Mestrado em Filosofia - Filosofia Contemporânea

Orientador: Professor Doutor José Meirinhos

Coorientador: Professor Doutor Jesús Huerta de Soto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2014

“Juízos políticos são necessariamente juízos de valor, por isso, a filosofia política é necessariamente ética e, portanto, um sistema ético positivo é necessário para estabelecer-se a causa da liberdade humana”.

Rothbard, Murray, *A Ética da Liberdade*, 2ª edição, Tradução: Fernando Fiori Chiocca, Revisão Priscila Catão, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2010, p. 51.

## **Resumo**

Nesta dissertação estuda-se o pensamento de Murray Rothbard e nela é apresentada uma discussão crítica do Estado. A crítica apresentada é elaborada do ponto de vista político, e económico. Na primeira parte, “Libertarismo: definições e pontos de partida”, são discutidos alguns conceitos libertários (como a “propriedade” e o “direito de propriedade”) e a história do Libertarismo que influenciou Rothbard, com a finalidade de, posteriormente, poder fazer uma crítica ao Estado, segundo o princípio “o meu corpo é a minha propriedade”, então, este não deve ser violado por nenhuma entidade, nem mesmo pelo Estado. Na segunda parte, “Crítica Política ao Estado”, define-se o que é o Estado e as suas respetivas contradições. Ao longo desta investigação irão ser desenvolvidos também dois temas: a relação do Estado com os intelectuais e a relação do Estado com a educação, igualmente será, embora brevemente, clarificado o que é a estatística e a burocracia estatal.

Numa última parte, o Estado será criticado numa perspetiva económica, mais especificamente a nível dos impostos, do banco central e do dinheiro.

**Palavras-chave:** Murray Rothbard, Filosofia Política, Economia Política, Estado, Libertarismo.

## **Abstract**

In this dissertation we're studying the thought of Murray Rothbard, with a critical discussion of the State on Rothbard's thought from an economical and political point of view. In the first part, "Libertarianism: definitions and starting points", some libertarian concepts (such as "property", and the "right to property") and the story of Libertarianism that influenced Rothbard are discussed, so we can, subsequently, do a critique of State, according to the principle that "if my body is my property", then it should not be violated by any entity, even by the State. In the second part, "Political critique of the State", we will offer a definition of State and its respective contradictions. Throughout this investigation we will also explore two crucial issues: the relation of the State with the *Intelligentsia* and the relation of the State with Education. We will also do a brief overview of state bureaucracy and state statistics.

In the last part of this work, the State will be scrutinized from an economical perspective - we will be looking at taxes, the central bank and currency.

**Key words:** Murray Rothbard, Political philosophy; Political economy, State, Libertarianism.

## Índice

Resumo	3
Abstract	4
Agradecimentos	7
Introdução	8
0. Rothbard – Enquadramento Histórico	10
Capítulo I - Libertarismo: Definições e ponto de partida	13
1.1. - Liberdade e Libertarismo para Rothbard	14
1.2. – Direitos de propriedade e teoria da propriedade	17
1.3. - Capitalismo de Estado e capitalismo de livre mercado	18
1.4. -Trocas voluntárias	19
1.5 - Praxeologia: a ciência da ação humana	21
1.6 - História do Libertarismo	24
1.7 - Os libertários são anarquistas?	25
1.8. - Libertários contra o Socialismo	27
Capítulo II - Crítica Política ao Estado	29
2.1. - O que é o Estado para Rothbard	30
2.2. - Contradições do Estado mínimo e crítica ao Estado de Bem-estar social	46
2.3. - Estado e Educação	50
2.4. - O Estado e os Intelectuais	53
2.5 - A Estatística e a Burocracia Estatais	56
Capítulo III - Crítica Económica ao Estado	59
3.1. - Crítica à Intervenção do Estado	60
3.2. - Dinheiro e Estado	69

3.3. - Uma crítica ao banco central	72
Conclusão	76
Bibliografia	78
Bibliografia primária	78
Web Grafia primária	79
Bibliografia secundária	80
Web Grafia secundária	83

## **Agradecimentos**

Agradeço ao meu orientador Professor Doutor José Meirinhos pelo incentivo, pelas divergências críticas e a revisão científica e ao Professor Doutor Jesús Huerta de Soto pelo apoio prestado, esclarecimento de dúvidas e pelo envio/oferta de livros cruciais na elaboração da dissertação de mestrado.

Fico grato à Eduarda Paiva por todo o apoio emocional e por todas as críticas que me fez ao longo da elaboração da dissertação.

Considero a ajuda prestada pelo Cláudio Azevedo pela discussão que mantive ao longo dos últimos anos.

Por fim, agradeço à minha família, avô, avó, pai e mãe pela possibilidade de ter continuado a estudar e por todo o apoio monetário.

## **Introdução**

Nesta dissertação estudar-se-á o pensamento de Rothbard no âmbito da Filosofia Política e de Economia Política, tendo como objetivo elaborar uma crítica ao Estado, baseado nas obras do autor. É crucial, antes de fazer uma crítica ao Estado, definir o que é o Libertarismo, que é considerado um sistema de não-agressão, baseado nos direitos de propriedade e na teoria da propriedade, segundo a qual nenhuma pessoa pode violar o corpo de alguém (a expressão “violar o corpo de alguém” é usada em sentido literal), entendido como a primeira forma de propriedade.

Para Rothbard o Estado viola os direitos de propriedade de cada pessoa, mesmo que esse ato tenha o intuito de beneficiar o bem-comum. Como fere os direitos de propriedade individual, faz com que seja imoral. Nesta aceção o Estado rouba o rico para dar ao pobre (assume-se que o verbo “rouba” nem sempre corresponde à realidade, porque nem todas as pessoas que pagam impostos sentem que estão a ser roubadas). Para definir o Estado é essencial incluir o conceito de impostos, pois se não existissem, o Estado não poderia fazer redistribuição do rendimento, nem faria com que os meios financeiros aumentassem para satisfazer as suas necessidades. Para além disso, Rothbard defende a possibilidade de existir uma sociedade sem Estado na qual há riqueza ou acumulação da mesma. O Anarco-Capitalismo é uma teoria política que tem por finalidade acabar com o Estado, por este ser imoral quando viola os direitos de propriedade das pessoas, a sua finalidade é ter uma sociedade de propriedade privada, na qual qualquer género de serviço seria privatizado vigorando a economia de livre mercado.

Ao longo desta dissertação serão apresentados os motivos políticos, pelos quais, segundo Rothbard, o Estado se mantém, tais como: recompensa os intelectuais, que obtêm rendimentos na esfera estatal; os fazedores de opinião que defendem o Estado, apenas porque numa sociedade de propriedade privada poderiam não conseguir obter dinheiro para sobreviver; a educação entende-se como a doutrinação na obediência ao Estado. No entanto, existem motivos a nível económico (que serão igualmente criticados) que favorecem a existência do Estado como: a intervenção económica que deriva dos impostos; o papel do banco central na correlação entre o poder político e económico; e o dinheiro que é controlado pelo Estado. A intervenção económica faz com que os ajustes económicos aconteçam de modo artificial (o mesmo não equivale a

dizer que os processos de mercado se entendam de maneira necessariamente natural, pois esses dependem sempre da ação humana). Relativamente, à criação do banco central, este depende da vontade do Governo, pois tem como finalidade regular o sistema financeiro e os funcionários do mesmo. Do ponto de vista monetário, tradicionalmente o dinheiro surge no livre mercado, por efeito da escolha de dois metais padrão: o ouro para transações de grandes dimensões e a prata para pequenas transações (no entanto, para Rothbard, o Estado não recorre ao padrão ouro). O dinheiro foi dos primeiros meios económicos a ser usurpado e controlado pelo Governo.

A inflação acontece quando o Governo decide criar dinheiro, sem ter qualquer influência do livre mercado. Quando o Governo cria o dinheiro, isto é, emite títulos em papel, gera a inflação. O processo de inflação explica-se pela produção arbitrária de dinheiro (sem nenhuma regra) pelo Governo (do meu ponto de vista, o dinheiro não deve ser criado da forma como o Governo faz; deve resultar do livre mercado, sem que o Governo intervenha na economia), ou seja, a inflação, nesta perspetiva, é criada pelo Governo, e não pelo livre mercado.

## 0. Rothbard – Enquadramento Histórico

Murray Newton Rothbard nasceu nos Estados Unidos da América, mais especificamente na cidade de Nova Iorque, a 2 de março de 1926 e faleceu a 7 de janeiro de 1995<sup>1</sup>.

Rothbard estudou na Universidade de Columbia onde se tornou bacharel em Matemática e Economia no ano de 1945, doutorou-se em Filosofia e Economia no ano de 1956.

No ano de 1962 escreveu a obra *Man, Economy and State* uma das grandes obras da escola Austríaca de Economia, uma tradição que foi claramente influenciada por Carl Menger e Eugen von Böhm-Bawerk, na qual destaca o individualismo metodológico e o subjetivismo económico - o preço de um bem depende do sujeito e não do bem específico, no entanto os preços quando são estabelecidos dependem das leis do mercado: oferta e procura. A obra foi influenciada por Ludwig Von Mises, especialmente através da *Ação Humana*, na qual desenvolve a paleologia.

Em 1970 escreve a obra *Power and Market*, na qual desenvolve uma crítica a todas as formas de intervenção económica.

Rothbard, também se destacou como historiador da economia, domínio em que escreveu de forma crítica contra a intervenção do Estado durante a Grande Depressão, bem como uma crítica à Reserva Federal (FED, o Banco Central dos EUA), na obra *America's Great Depression*. Referente à Teoria Monetária, escreveu em 1963 a obra: *What Has Government Done to Our Money?*, na qual considera que o dinheiro foi dos primeiros meios a ser usurpado pelo Governo.

Rothbard foi um dos fundadores do Partido Libertário Americano, escrevendo o manifesto para o partido, *For a New Liberty: The Libertarian Manifesto*, de 1973, sendo uma obra que, para além de fazer uma crítica ao Estado, desenvolve uma sociedade Anarco-capitalista, onde não existe um Estado que intervém na economia. Para Murray Rothbard, uma sociedade Anarco-capitalista ou de propriedade privada seria baseada nas leis do mercado, e tudo poderia ser comprado e vendido no mesmo, desde a

---

<sup>1</sup> Gordon, David, *Murray Rothbard (1926-1995)*, Janeiro 2008, Disponível em <http://mises.org.br/Article.aspx?id=37>, Acesso a 20 de março de 2014.

segurança, a defesa pessoal, as ruas, estradas, partes do oceano ou mesmo faróis. Trata-se de uma hipótese teórica, na qual o capitalismo, entendido como um sistema económico, é levado ao extremo, pois não existe qualquer forma de regulação económica.

No âmbito da Ética, Rothbard escreveu, em 1982, a obra *The Ethics of Liberty* que partia da perspectiva dos direitos naturais para fundamentar o seu sistema Anarco-capitalista. Os direitos naturais seriam uma visão da ética objetiva, estabelecida pela razão, na qual a bondade e a maldade atende ao melhor da natureza humana, Rothbard, não considera que é necessário ser religioso para seguir a lei natural. O direito natural é sustentado que existe apenas uma forma de lei/direito com base na natureza, que todas as sociedades humanas devem obedecer. A sua origem remonta aos clássicos gregos<sup>2</sup>. Existe, no âmbito da Filosofia Política Contemporânea, uma perspectiva do Anarco-Capitalismo que deriva da Escola de Chicago sendo o autor David Friedman, com a obra *The Machinery of Freedom*, onde considera o seu sistema político utilitarista, porque não se opõe ao Estado em sentido estrito, mas considera o livre-mercado como mais eficaz que o Estado (baseia-se nos custos e benefícios do mercado).

Rothbard foi influenciado por Gustave de Molinari que escreveu o artigo *Da Produção da Segurança*, na qual argumenta que a segurança como qualquer outro bem económico pode ser comprada e vendida, não devendo apenas existir a sua concentração nas mãos do Estado. Sendo também influenciado por uma longa tradição de autores anarco-individualistas norte americanos, como o caso de Albert Jay Nock, Lysander Spooner e Benjamin R. Tucker, bem como o político norte-americano do século XIX John Calhoun ou mesmo o economista e sociólogo alemão de seu nome Franz Oppenheimer; sobre a propriedade é influenciado por John Locke e na praxeologia e economia, em geral, é influenciado por Ludwig von Mises.

Rothbard influenciou uma série de autores, especialmente na Escola Austríaca de Economia, como o caso do filósofo e economista Hans Hermann Hoppe (que foi discípulo de Rothbard, desde 1986, quando dava aulas na Universidade de Nevada, nos EUA); outra influência foi Lew Rockwell (criador do Instituto Von Mises, do qual Rothbard foi vice-presidente académico até à sua morte) e influenciou o economista espanhol Jesús Huerta de Soto, quando o professor Huerta de Soto frequentava o seu

---

<sup>2</sup> Hamowy, Ronald, *The Encyclopedia of Libertarianism*, Sage, s.l.e, 2008, p. 351.

MBA na Universidade de Stanford. Um filósofo como Robert Nozick foi influenciado pela perspectiva libertária de Rothbard. No entanto, em *Anarquia, Estado e Utopia*, Nozick fez uma crítica ao Anarco-Capitalismo.

## **Capítulo I**

### **Libertarismo – Definição e Pontos de Partida**

## 1.1. Liberdade e Libertarismo para Rothbard

Segundo Rothbard, a tarefa da filosofia é falar da liberdade<sup>3</sup>, que para um libertário “é uma condição na qual os direitos de propriedade de uma pessoa sobre seu próprio corpo e sua propriedade material legítima *não* são invadidos, e não sofrem qualquer agressão”<sup>4</sup>. A liberdade no sentido libertário, quer dizer: 1) que cada um possa fazer o que quiser; 2) que se respeitem os direitos de propriedade de cada pessoa; 3) ausência de agressões por parte de outras pessoas, para que a liberdade do outro seja respeitada.

Rothbard entende, igualmente, a liberdade como a “ausência ou limitação de restrições ou interferências interpessoais que propicia condições para o crescimento económico e conseqüentemente da economia de mercado e divisão do trabalho”<sup>5</sup>. A liberdade leva ao desenvolvimento económico, à divisão do trabalho e ao desenvolvimento individual, criando um aumento populacional.

A liberdade social é “ausência de molestamento por outras pessoas”<sup>6</sup>. Neste caso, segundo Rothbard, se ele estiver numa ilha sozinho seria absolutamente livre, isto é, pode fazer o que quer, no entanto se estiver com mais pessoas na ilha tem que respeitar a liberdade e a propriedade do outro. A liberdade é a ausência de invasão externa: uma invasão pode ser contra a própria pessoa (através de um ataque físico) ou contra bens tangíveis da pessoa (como o caso do roubo ou invasão, *per se*), sendo impossível que um grupo domine todo o resto<sup>7</sup>. Neste caso a impossibilidade deve-se: 1) que o órgão diretor planifica a economia; 2) que não tem capacidades sobre-humanas de modo a que tudo possa conhecer; 3) por que não pode realizar o cálculo económico necessário.

---

<sup>3</sup> Rothbard, Murray Newton, *A ética da liberdade*, 2ª edição, Tradução: Fernando Fiori Chiocca, Revisão Priscila Catão, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2010, p. 81.

<sup>4</sup> Ibid. p. 58.

<sup>5</sup> Rothbard, Murray Newton, *Liberdade, desigualdade, primitivismo e divisão do trabalho*, Disponível em <http://www.libertarianismo.org/livros/mnrldpedit.pdf>, Acesso em 12 de março de 2014.

<sup>6</sup> Ibid. p. 90.

<sup>7</sup> Para um exemplo específico de um grupo dominar todo o resto, ver o caso do socialismo e a sua crítica, do ponto de vista económico na obra de Jesús Huerta de Soto (autor que desenvolve a sua investigação sobre a escola austríaca, tendo conhecido Rothbard quando fazia estudos de pós graduação na Universidade de Stanford), Huerta de Soto, Jesús, *Socialismo, Cálculo Económico y Función Empresarial*, 4ª edição, Unión Editorial, Madrid, 2010.

O Libertarismo surge a partir do Liberalismo Clássico dos séculos XVII e XVIII, baseado na Revolução Inglesa<sup>8</sup>. O objetivo do Liberalismo é a liberdade individual em todos os sentidos: na economia, os impostos devem ser baixos, não havendo regulações; a religião deveria se separar do Estado; a política externa liberal deveria estabelecer-se através da paz<sup>9</sup>.

Acima de tudo, os liberais, queriam a separação, do Estado da Igreja, da economia, da imprensa, da terra e da guerra. O Estado deveria ser mantido extremamente resumido (ou mínimo), com um orçamento muito baixo e desprezível<sup>10</sup>.

No século XIX as forças do laissez-faire eram conhecidas como liberais e opunham-se à velha ordem, que ficou conhecida como Conservadorismo<sup>11</sup>. O Conservadorismo começa no século XIX, em oposição às Revoluções americana e francesa, privilegiando o grande Governo, o militarismo e o domínio teórico da Igreja. Os utilitaristas opõem-se a uma abolição imediata do mal e da coerção, evitando uma mudança radical. Os liberais clássicos utilitaristas abandonaram o radicalismo, sendo meros reformistas gradualistas. Ao deixarem de ser radicais, contrariam a ideologia que antes propunham<sup>12</sup>.

O credo libertário está baseado na não-agressão, isto é, que nenhum homem ou grupo de homens podem cometer uma agressão contra uma pessoa, ou contra a respetiva propriedade. Entende-se por agressão uma ameaça de violência física contra a propriedade do outro (Rothbard, do meu ponto de vista, descarta a violência psicológica). Os libertários opõem-se ao Governo, que invade os direitos de propriedade dos seres humanos. No entanto, na economia a ação governativa assenta nas regulamentações, subsídios e proibições<sup>13</sup>. O libertário favorece o direito de propriedade

---

<sup>8</sup> Para uma introdução e definição de conceitos como o liberalismo e o libertarismo, ver Kofman, Fredy, *Libertarismo*, Novembro de 2011, Disponível em de: <http://www.miseshispano.org/2011/11/que-es-libertarismo/>, Acesso em 15 de março de 2014.

<sup>9</sup> Rothbard, Murray Newton, *Por uma nova liberdade: o manifesto libertário*, 1ª edição, Tradução Rafael de Sales Azevedo, Revisão Fernando Fiori Chiocca e Tatiana Villas Boas Gabbi, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2013, p. 16.

<sup>10</sup> Ibid. p. 17.

<sup>11</sup> Ibid. p. 23.

<sup>12</sup> Ibid. p. 31.

<sup>13</sup> Ibid. p. 37.

privada, não havendo restrições à livre troca, entendida como um sistema de capitalismo laissez-faire<sup>14</sup>.

Ao longo da história existiu um agressor dominante: o Estado (o conceito de Estado, na filosofia política é um conceito moderno, pois já existiam Governos antes da existência do Estado. Na minha perspectiva, nem todos os Estados funcionam da mesma forma, nem todos atuam da mesma maneira, pois, podem existir Estados que respeitem a liberdade individual e outros Estados que não o fazem). A lei moral libertária é aplicada a todos, não havendo sanções ou privilégios especiais para algumas pessoas ou grupos de pessoas. O Estado comete assassinatos em série através da guerra, tem o recrutamento militar obrigatório e vive do roubo de outras pessoas, especialmente através dos impostos. Impostos são um “roubo legalizado e organizado em grande escala”<sup>15</sup>.

Os libertários são individualistas metodológicos, pois apenas os indivíduos agem e escolhem. Cada indivíduo é dono do seu corpo, livre de interferências coercitivas. As pessoas são individualistas, podendo-se influenciar umas às outras. O individualista considera que apenas os indivíduos existem, e a sociedade não é uma entidade viva, mas um rótulo para um conjunto de indivíduos. Os libertários não se opõem à persuasão voluntária, opõem-se à imposição coercitiva do uso da força e do poder policial.

“O libertarismo então, é uma filosofia em busca de uma política”<sup>16</sup>. Um libertário é alguém comprometido com a liberdade, sendo o fim político mais elevado. Para além disso, este deve ser um abolicionista, isto é, lutar contra todos os fatores externos que impedem a liberdade<sup>17</sup>, desejando a liberdade o mais rapidamente possível.

Abolir o Estado, mesmo sendo um processo difícil, tem por objetivo:

- 1) Alcançar a liberdade;
- 2) Não podem contradizer o seu objetivo de acabar com o Estado (por exemplo, se para acabar com o Estado implica criar uma agência reguladora do setor privado não iria acabar com o Estado).

---

<sup>14</sup> Sobre o conceito de capitalismo ver na obra Mises, Ludwig von, *As Seis Lições*, 7ª edição, Tradução Maria Luiza Borges, Revisão Núbia Tavares, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2009 (mentor de Rothbard).

<sup>15</sup> Rothbard, *Por uma nova liberdade: o manifesto libertário*, ob. cit., p. 39.

<sup>16</sup> Rothbard, *A ética da liberdade*, ob. cit., p. 336.

<sup>17</sup> Ibid. p. 337.

Os libertários defendem o fim de qualquer imposto, mas acabar com o mesmo não equivale a substituí-lo por outro, pois impor um novo imposto é uma contradição do objetivo do libertário. A par do corte de impostos, um libertário exige um corte na despesa por parte do Estado. “O planeamento estatal, a burocracia, os controlos, os altos impostos, a inflação do papel-moeda, tudo isto deve conduzir inevitavelmente ao colapso do sistema económico estatista”<sup>18</sup>.

## 1.2. Direitos de propriedade e teoria da propriedade

Existem três formas de estabelecer os direitos de propriedade: emotivista, utilitarista e dos direitos naturais. Os emotivistas atendem às emoções, quer por motivos subjetivos ou emocionais<sup>19</sup>; o utilitarista atende às consequências da liberdade; o libertário dos direitos naturais está preocupado com a justiça no ato, pois estes direitos estão assentes na lei da natureza<sup>20</sup>. O direito natural assegura que cada homem é proprietário do seu corpo. O libertário adota o direito universal à auto - propriedade<sup>21</sup>. O homem tem o direito à sua pessoa, ao seu trabalho e à sua criação, por exemplo, a terra no seu estado original (antes de ter sido descoberta), não possui proprietário, nem uso<sup>22</sup>.

Uma ação apenas é ilícita ou ilegal quando se agride uma pessoa ou a sua propriedade, a agressão deve ser concreta e física. Toda a pessoa goza de auto-propriedade, cada um é dono do seu corpo, estando fundamentado numa sociedade de livre mercado<sup>23</sup>. Atacar a liberdade de alguém é um delito civil: simples ameaças (mesmo que limitem a liberdade humana) ou o porte de arma não constituem uma agressão, é necessário uma ameaça concreta de uma agressão iminente, na qual não precisam de ser danosas para serem consideradas um delito civil.

No caso de duas pessoas (*A* e *B*), *A* não pode agredir *B*, apenas em autodefesa, esta é a única violência utilizada no sistema jurídico libertário. Se *A* vê *B* a sorrir (Rothbard descarta nessa aceção quando se usa o sarcasmo como forma de ridicularizar

---

<sup>18</sup> Rothbard, *A ética da liberdade*, ob. cit., p.348.

<sup>19</sup> Ibid. p. 40.

<sup>20</sup> Ibid. p. 41.

<sup>21</sup> Ibid. p. 44.

<sup>22</sup> Ibid. p. 50 e *Por uma nova liberdade: o manifesto libertário*, ob. cit., p. 53.

<sup>23</sup> Rothbard, Murray Newton, *Free Market*, Disponível em <http://www.econlib.org/library/Enc/FreeMarket.html>, Acesso em 25 de março de 2014.

outra pessoa) e dispara sobre *B*, *A* está a violar a propriedade do outro, entendendo-se como um agressor, visto que o sorriso (de modo geral) não é uma ameaça.

Para que nos possamos defender é necessário que alguém inicie violência de modo explícito<sup>24</sup>. A punição é um ato de retaliação, após um crime ter sido cometido, sendo o criminoso preso, processado e condenado por um tribunal (quer seja estatal ou não). Se *A* é agredido por *B*, *A* pode-se defender ou recuperar os seus bens.

A teoria libertária da propriedade divide-se em dois princípios:

- A) “Todos possuem o direito de propriedade absoluto sobre o seu corpo”;
- B) “Todos possuem um direito de propriedade absoluto sobre recursos naturais previamente sem dono (terras) que ocupem e coloquem em seu uso primeiro (na expressão lockeana ‘misturando seu trabalho à terra’) ”<sup>25</sup>.

Se alguém possui terras, tem o direito a transferir títulos de propriedade, vendendo um título de propriedade de um campo de milho. No caso de um aeroporto que compra uma propriedade e é acusado por moradores recentes (depois de o aeroporto já estar instalado) de fazer muito barulho, nesta situação, o aeroporto adquiriu o direito de propriedade antes das pessoas, isto é, o aeroporto adquiriu o direito de emitir *X* decibéis de barulho antes das pessoas terem a sua propriedade. Quem define o limite de decibéis numa sociedade estatal é o próprio Estado, numa sociedade sem Estado, o limite de decibéis a serem emitidos é determinado pelo mercado. No entanto, ninguém garante que o limite de decibéis seja cumprido por uma empresa estatal ou privada, do mesmo modo que nada garante que uma pessoa não possa cometer um homicídio.

### **1.3. Capitalismo de Estado e capitalismo de livre mercado**

O capitalismo possui dois termos contraditórios, por um lado o capitalismo de livre mercado e por outro, o capitalismo de Estado. A diferença entre os termos é que o capitalismo de livre mercado assenta na paz, na troca voluntária e o capitalismo de Estado assenta na extorsão e na violência. Para além disso, o capitalismo de livre

---

<sup>24</sup> Rothbard, Murray Newton, *Justiça, poluição do ar e direitos de propriedade*, ob. cit.

<sup>25</sup> Rothbard, Murray Newton, *Justiça, poluição do ar e direitos de propriedade*, ob. cit.

mercado, por exemplo, na compra de um jornal por um euro, é um ato pacífico, uma troca que beneficia quem vende e quem compra, pois neste caso trocam-se títulos de propriedade. A definição de extorsão violenta corresponde, quando, por exemplo, um vendedor de jornais é ameaçado com uma arma para vender um jornal<sup>26</sup>. Neste segundo exemplo não há benefício mútuo. Esta, consiste na diferença entre capitalismo de livre mercado e capitalismo de Estado.

A igualdade significa que cada pessoa tem o direito a ser inteiramente livre. A igualdade, quer se chame igualdade de condição ou uniformidade, está na base da formação dos EUA - o capitalismo de livre mercado. Livre mercado é uma rede enorme, uma troca voluntária de dois produtos (por um lado o euro, por outro o jornal). As pessoas trocam mercadorias e dinheiro, cada um é beneficiado com a troca, quando uma das partes se engana as trocas terminam. Um exemplo de troca que Rothbard refere é quando crianças trocam “cromos” de jogadores de futebol (neste caso corresponde a uma troca direta de um bem por outro bem).

Para Rothbard, as estreitas relações entre o Estado com a indústria denomina-se de mercantilismo. O capitalismo de Estado e o mercantilismo são iguais para o autor.

O sistema tirânico Socialista só pode funcionar sobre os camponeses, e não sobre a indústria, pois esta necessita de um mercado onde haja ganhos e perdas. Segundo Von Mises<sup>27</sup>, não é possível aplicar o Socialismo num sistema industrial, nem existe cálculo económico, pois não tem um sistema de preços para os bens de capital.

#### **1.4. Trocas voluntárias**

A forma mais importante de interação voluntária são as trocas. Para Rothbard, a essência da troca “é que se realiza porque ambas as pessoas esperam que as beneficie, se não fosse assim não estariam de acordo em leva-lo a cabo”<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> Rothbard, Murray Newton, *Un futuro de paz y de capitalismo*, 17 de julho de 2004, Disponível em [http://www.jorgevalin.com/artic/trad/futuro\\_de\\_paz\\_y\\_capitalismo\\_rothbard.htm](http://www.jorgevalin.com/artic/trad/futuro_de_paz_y_capitalismo_rothbard.htm), acesso em 3 de abril de 2014.

<sup>27</sup> Ver a obra: Mises, Ludwig von, *O cálculo económico sob o socialismo*, 1ª edição, Tradução Leandro Augusto Gomes Roque, Instituto Ludwig von Mises Brasil, São Paulo, 2012.

<sup>28</sup> Rothbard, Murray Newton, *El hombre, la economía y el Estado; Tratado sobre principios de economía*, Volume I, Tradução Norberto R. Sedaca, Prologo da edição espanhola Alberto Benegas Lynch, Unión Editorial, Madrid, 2011, p. 83.

A condição necessária para a troca, é que existam bens que tenham uma ordem de valoração distinta nas escalas de valores de cada um dos intervenientes. A pessoa *A* tem um carro, mas valoriza mais uma moto (não tendo uma moto), e a pessoa *B* tem uma moto, mas valoriza mais um carro (não tendo o carro). A troca do carro pela moto faz com que *A* e *B* preencham as suas escalas de valores. Para que haja trocas é necessário que exista conhecimento dos respetivos ativos. Apenas há trocas entre duas pessoas, se se conhecer o que a outra pessoa tem, e se se desejar mais o que a outra pessoa possui. As trocas exercem influência sobre as atividades produtivas<sup>29</sup>. O que se troca, além de ter valor de uso, tem valor de troca. A praxeologia ensina que todos os que realizam uma troca beneficiarão com a mesma, de outro modo não seria realizada a troca.

Num mercado, sem interferência externa, são os consumidores que determinam a produção. Uma sociedade que se baseie nas trocas voluntárias denomina-se sociedade contratual/livre mercado, dando liberdade às pessoas de fazer ou não as trocas, de fazer ou de romper contratos, ou seja, o que permite realizar a troca são os contratos.

Havendo igualdade, onde cada um tem o poder de decidir as suas próprias trocas. A sociedade de livre mercado tem: responsabilidade individual, ausência de métodos violentos, liberdade, plenas faculdades para tomar decisões (menos agredir outra pessoa) e benefícios para todos os participantes. Para além disso, uma sociedade hegemónica contém: império da violência, subsunção ao ditador que decide pelos cidadãos e exploração dos súbditos em benefício dos amos. Entendem-se por ações agressivas: guerra, assassinato, assalto, roubo e escravatura. As ações não agressivas são as prendas ou doações e as trocas voluntárias. Apenas se produzem trocas se os bens de cada uma forem diferentes. Quando duas pessoas produzem o mesmo bem não haverá troca. Para realizar uma troca é necessário que a pessoa se especialize na atividade que melhor desenvolve. A especialização/ divisão de trabalho, de acordo com o ponto de vista da praxeologia, é mais produtiva do que o trabalho isolado. Esta deve-se a: diferenças de aptidão e rendimento dos fatores naturais; diferentes bens de capital e consumo duradouro; habilidades e na conveniência de diferentes tipos de trabalho. A especialização exclusiva faz com que a produtividade aumente. Quando alguém se especializa no que é melhor, tem mais tempo para se dedicar ao que melhor faz, porque o tempo é escasso. Para além disso, quantas mais pessoas estiverem no processo de

---

<sup>29</sup> Ob. cit. p. 86.

mercado, maiores serão as oportunidades de trocas. Essas trocas beneficiam o produtor e o consumidor.

A troca acontece porque o indivíduo valoriza mais o bem que recebe, que o bem que oferece.

O vendedor quer que o consumidor pague mais e que fique com o produto. No entanto, o comprador quer, geralmente, pagar menos pelo produto. “O preço de um bem numa troca isolada será estabelecido num ponto entre o preço máximo da compra e o preço mínimo da venda”<sup>30</sup>. Não se pode dizer em que ponto se fixa o preço, devido ao subjetivismo monetário. Para além disso, o valor do produto poderá aumentar ou diminuir consoante a oferta e a procura do mesmo, criando, conseqüentemente, uma variação a nível do preço de mercado.

### 1.5. Praxeologia: a ciência da ação humana

A característica crucial e distinta do homem é a ação deliberada, diferenciando-se dos aspetos que não são intencionais. Se o ser humano não agisse, faria com que não fosse humano. As ações apenas podem ser levadas a cabo por agentes individuais, deixando de existir ações de grupos.

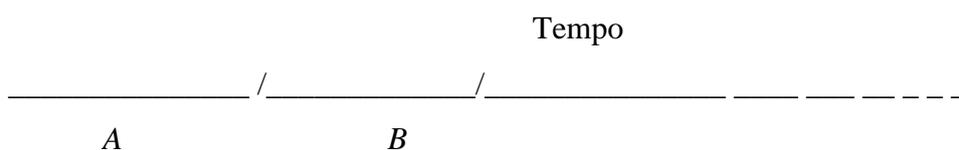
O ser humano para iniciar uma ação deve “contar com certas formas de comportamento que lhe permitem ser alcançados”<sup>31</sup>, devendo ter ideias sobre como alcançar os fins que deseja.

Para uma determinada ação deve-se ter em atenção:

- 1) Período anterior da ação;
- 2) Período presente da ação;
- 3) Período posterior da ação (logo a seguir ao momento em que ação é conseguida).

Quando se escolhe uma ação em oposição à outra, dá-se mais valor a essa ação eleita.

O tempo é omnipresente na ação humana:



<sup>30</sup> Ob. cit., p. 106.

<sup>31</sup> Rothbard, Murray Newton, *El hombre, la economía y el Estado; Tratado sobre principios de economía*, Volume I, Tradução Norberto R. Sedaca, Prologo da edição espanhola Alberto Benegas Lynch, Unión Editorial, Madrid, 2011, p. 3.

A) Quando se inicia a ação. *A-B*) é o período que ocorre a ação; é o período de produção. *B*) Fim da ação.

Na Praxeologia só interessam as ações presentes e não as do passado; para o homem são mais importantes as ações mais urgentes, na qual a escala de preferências difere de pessoa para pessoa, podendo ter felicidade e bem-estar.

Quando uma pessoa prefere vacas a cavalos, não prefere todas as vacas do mundo, mas sim, um número específico de vacas. Se *X* prefere salvar duas vacas em detrimento de três cavalos, dá mais valor às vacas.

O homem não classifica os bens à sua volta em termos de classes abstratas, mas em unidades específicas disponíveis. O que é o conceito da “unidade específica de um bem?”<sup>32</sup>. O agricultor valoriza as vacas *A* e *B*, sendo para ele indiferente salvar uma ou outra. No entanto, se se valorizar 1 kg de manteiga e gostar de *A* em detrimento de *B*, quer dizer que para a pessoa *X* - *A* e *B* não são iguais. A diferença entre os objetos iguais depende da posição do indivíduo e não do objeto em si.

Há duas classes de bens: os de consumo que satisfazem o consumidor e os bens de produção. Um bem de consumo satisfaz-se a si mesmo e um bem de produção satisfaz o bem de consumo. Para se produzir bens de consumo requer uma escassez de bens de produção. “Os fatores de produção aparecem como unidades de uma oferta homogênea, do mesmo modo que os bens de consumo”<sup>33</sup>. O homem tenta satisfazer o maior número de fins possíveis no menor tempo.

“Os fatores de produção são valorizados de acordo com a sua contribuição prevista na produção futura de bens de consumo”<sup>34</sup>. Os fatores diferem de grau de especialidade, variando segundo, os bens de cuja produção podem ser úteis.

Geralmente, todo o homem deseja “maximizar a sua produção de bens de consumo por unidade de tempo”<sup>35</sup>. Neste caso, podemos optar por duas coisas: ou aumentar os bens de capital ou aumentar o trabalho. O ócio é um bem de consumo, ou seja, quanto mais trabalho o homem realizar menos ócio tem. O homem quando trabalha, mais aumenta o rendimento do trabalho e, conseqüentemente reduz o seu ócio.

Robinson Crusóé numa ilha deserta não conta com bens de produção de nenhuma índole, tendo apenas o seu trabalho e os elementos da natureza. Sem bens de capital não pode satisfazer as suas necessidades mais urgentes. Se Crusóé quisesse uma

---

<sup>32</sup> Ob. cit., p. 22.

<sup>33</sup> Ob. cit., p. 33.

<sup>34</sup> Ob. cit., p. 37.

<sup>35</sup> Ob. cit., p. 42.

vara grande, para apanhar mais fruta em pouco tempo teria que gastar  $x$  horas do seu ócio, de modo a que pudesse aumentar a sua produção.

Investimento é a transferência do trabalho e da terra para a formação de bens de capital. Ao fim de um certo número de dias Crusóé poderia reduzir o seu trabalho, recolhendo muitos frutos com a ajuda da vara, pois esta é um “instrumento para poupar trabalho”<sup>36</sup>, apenas poupa trabalho quando o sujeito atuante prefere receber o incremento da produtividade em forma de ócio. Crusóé para conseguir pescar necessita de uma rede ou uma cana, logo para conseguir satisfazer o que quer tem de restringir o seu consumo. O homem, de modo geral, opta por fatores do presente, descurando o futuro. As preferências temporais dos homens referem-se a bens presentes. O período de produção é desde que o produto está à espera da produção até que o produto seja consumido.

Qualquer formação de capital requer poupança, isto é a restrição de bens de consumo.

Toda a ação implica troca: “o abandono de uma situação por outra que o sujeito atuante considera que será mais satisfatória”<sup>37</sup>. Cada aspeto da ação implica uma eleição, uma alternativa, a renúncia de certos bens em detrimento de outros. O homem escolhe o que mais elevado estiver na sua escala de valores.

A análise económica da ação tem a seguinte forma:

- “1)  $A$ : axioma da ação;
- 2) Se  $A$  então  $B$ ; se  $B$  então  $C$ ; se  $C$  então  $D$  (de acordo com as regras da lógica);
- 3) No entanto obtemos (a verdade de)  $B, C, D$ , etc.”<sup>38</sup>.

O conceito de ação implica o uso de meios escassos. Os bens do homem podem ser egoístas, altruístas, refinados ou vulgares, etc.

A Praxeologia difere da Psicologia e da Ética, pois todas as disciplinas tratam de decisões subjetivas das mentes humanas individuais. Na Ética e na Psicologia interessam o conteúdo dos fins humanos. A Praxeologia e a Economia ocupam-se de qualquer “fim dado e das implicações formais do facto de que os seres humanos têm fins e empregam meios para alcança-los”<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup> Ob. cit., p. 49.

<sup>37</sup> Ob. cit., p. 69.

<sup>38</sup> Ob. cit., p. 70.

<sup>39</sup> Ob. cit., p. 71.

## 1.6. História do Libertarismo

O Libertarismo de Rothbard é inserido na esperança da liberdade, opondo-se ao Conservadorismo<sup>40</sup>, quando houve o declínio do Libertarismo após os direitos naturais terem sido substituídos pelo utilitarismo. O Socialismo tomou o lugar do Libertarismo como a doutrina radical de “Esquerda”, o seu coletivismo origina um gigantesco Estado (por exemplo na URSS). Após a 2ª Grande Guerra os liberais apoiaram os conservadores em questões como a guerra.

Na Europa a Velha Ordem era uma forma de Feudalismo e Despotismo, que eram inimigas da liberdade. No século XIX havia o mito dado por historiadores alemães que o capitalismo avançaria através da monarquia absoluta e mercantilismo<sup>41</sup>. O Capitalismo desenvolve-se onde o Estado era fraco ou inexistente, como as Cidades-Estado italianas do século XVII. A velha ordem é derrubada pela indústria e comércio, igualmente a Revolução Inglesa, Americana e Francesa ajudaram a que se separe a Igreja do Estado. Na origem do liberalismo encontra-se a, paz, a esperança, e a liberdade<sup>42</sup>.

O liberalismo está assente na paz, tendo a razão como sua base teórica em oposição do Conservadorismo que se caracteriza pelo estatismo, hierarquia, servidão, exploração e teocracia, baseado no romantismo e irracionalismo. É de notar que no século XIX o liberalismo teve um declínio, porque à medida que os liberais conseguiram a revolução tornaram-se menos radicais.

O Socialismo para Rothbard é oposto ao Libertarismo (Socialismo como estatista e contra a propriedade privada, ao contrário do Libertarismo, que defende a propriedade privada e é contra o Estado – pelo menos, referente ao Libertarismo de Rothbard). Através do Estado há uma aproximação entre Socialismo e Conservadorismo<sup>43</sup>, embora o último tende a ser populista. Um dos exemplos de proximidade entre Socialismo de direita (qualquer forma de Conservadorismo para Hans Hermann-Hoppe é uma forma de Socialismo, considera que pertencem ao

---

<sup>40</sup> Rothbard, Murray Newton, *Esquerda e direita: perspectivas para a liberdade*, 3ª edição, Tradução Maria Luiza X. de A. Borges, Revisão para a nova ortografia Fernando Fiori Chiocca, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2010, p. 9.

<sup>41</sup> Ibid. p. 15.

<sup>42</sup> Ver na obra Huerta de Soto, Jesús, *Nuevos Estudios de Economía Política*, 2ª edição, Unión Editorial, Madrid, 2007.

<sup>43</sup> Ver o capítulo “Socialismo do Conservadorismo”, Hoppe, Hans-Hermann, *Uma Teoria do Socialismo e do Capitalismo*, 2ª edição, Tradução Bruno Garshagem, Revisão final Tatiana Villas Boas Gabbi, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2013.

Socialismo posições tão disparees como o Socialismo ao estilo russo, o Socialismo da Social-Democracia e o Socialismo do Conservadorismo) e Conservadorismo está patente no caso do Fascismo e Nazismo<sup>44</sup>.

Taoistas foram os primeiros libertários de sempre, pois não acreditavam em nenhuma virtude da interferência do Estado na economia ou sociedade. O taoismo foi fundado por Lao Tzu, este defendia que o indivíduo e a sua felicidade eram cruciais para a sociedade. A partir do momento em que as instituições sociais prejudicam o indivíduo, estas devem ser abolidas (para mim, é descurado quem discorda que certas instituições prejudiquem o indivíduo). O caminho mais eficaz era manter o Governo simples e inativo até que o estatismo não tenha o seu domínio. Para Pao (outro teórico libertário chinês) a exploração do Governo é através dos fracos que são subjugados pelos fortes, com o objetivo de pilhar as pessoas e controla-las<sup>45</sup>.

### **1.7. Os Libertários são Anarquistas?**

Etimologicamente o Anarquismo significa o caos, mas nenhum anarquista quer o caos. Na sua origem, “*anarchê*” significa oposição à autoridade e à ordem. Surgiu no século XIX na Europa, era entendido como um Anarquismo Comunitário ou Anarquismo de “Esquerda”. Para Richard Sylvan o anarquismo é uma teoria moderna, que se opõe ao Estado moderno, no entanto para este autor existem ramificações da anarquia em autores anteriores à existência do Estado Moderno, como o caso dos Taoistas. Historicamente a anarquia surge após a Revolução Francesa, o termo anarquista/anarquia foi utilizado para referir todos os que negam as leis e promovem o caos. A organização baseada na autoridade (anteriormente durante do Antigo Regime) era oposta à organização social e económica<sup>46</sup> (ou organização anárquica). Trata-se de uma teoria ou prática do anarquismo, podendo-se referir à ausência de Governo coercitivo ou a ausência de Estado Político. Vendo o anarquismo como oposição à força

---

<sup>44</sup> Existem diferenças entre fascismo e nazismo, pelo menos do ponto de vista económico, os conceitos são iguais, pois são economias dirigidas pelo Estado, apoiando a propriedade privada.

<sup>45</sup> Rothbard, Murray Newton, *Libertarianismo na China Antiga*, de 30 de abril de 2010, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=673>, Acesso em 17 de março de 2014.

<sup>46</sup> Goodin, E. Robert & Pettit, Philip & Pogge Thomas, *A Companion to Contemporary Political Philosophy Volume Two*, 2ª edição, Blackwell Publisher, Victoria, 2007, p. 257.

política, este pode conter autoridades coercitivas controladas. Para este autor (Richard Sylvan) o anarquismo é compatível com a existência de um Estado, desde que os estes não contenham elementos coercitivos: por exemplo uma administração sem autoridade coercitiva, nesse sentido pode ser anárquica (desde que se respeitem as regras e não exista uma entidade central e coercitiva)<sup>47</sup>. O Anarquismo ataca a propriedade privada do mesmo modo que ataca o Estado. Para abolirem a propriedade privada e o Estado recorriam ao sindicalismo, como meio ideal. No sindicalismo cada grupo de trabalhadores é proprietário dos meios de produção. Para Rothbard, o resultado seria o Comunismo normal, pois resultaria no uso da força contra os teimosos ou surgiria uma agência que controlaria tudo. Neste caso, o Estado iria ser colocado mesmo que não fosse denominado por “Estado”, pois não seria uma verdadeira Anarquia, antes sim o Comunismo. Logo, o termo Anarquismo possui uma conotação pouco desejável, especialmente na Europa. Embora, durante a Guerra Civil espanhola, o Anarquismo tenha sido muito poderoso, onde existiam comunas com a autoridade coercitiva, e o dinheiro foi abolido. O Anarquismo Europeu, para Rothbard, não respeita a lógica nem a razão, pois, para mim existem fundamentos lógicos que consideram que o Anarquismo, como respeitante da lógica e da razão, (para Rothbard) continua a ter muitos adeptos, desenvolvidos através da espontaneidade, emoções e instintos. Sendo notório o seu ódio ao dinheiro e às condições materiais.

Os Libertários não são anarquistas, estando em polos opostos. Nos EUA no século XIX surgem os Anarquistas Individualistas (da qual Rothbard é herdeiro intelectual, isto é, foi influenciado por alguns anarquistas individualistas) que forneciam declarações sobre o individualismo e o anti estatismo. Defendiam a propriedade privada, e a livre concorrência e criticavam a intervenção do Governo, possuindo dois defeitos políticos:

- 1) “Eles não defendiam a posse privada da terra além daquela parte que o proprietário usava pessoalmente;
- 2) Eles confiavam muito nos júris, assim foram incapazes de perceber a necessidade de um corpo de leis constitucionais libertárias as quais os tribunais libertários teriam que defender”<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> Goodin, E. Robert & Pettit, Philip & Pogge Thomas, *A Companion to Contemporary Political Philosophy Volume Two*, 2ª edição, Blackwell Publisher, Victoria, 2007, p. 259.

<sup>48</sup> Rothbard, Murray Newton, *Os libertários são anarquistas?*, 2 de abril de 2008, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=69>, Acesso em 13 de março de 2014.

Economicamente tinham diversos erros (erro do ponto de vista do desenvolvimento da ciência económica contemporânea), pois condenavam os juros e os lucros da especulação. Numa sociedade libertária o crime não iria desaparecer, pois desvalorizavam a criminalidade e não desenvolveram uma constituição libertária.

A ideia de não usarem a violência, nem para defenderem a sua propriedade é uma ideia idílica e utópica, porque quem tem uma propriedade não a quer perder e para tal defende-a.

### **1.8. Libertários contra o Socialismo**

O objetivo do Libertarismo e o Conservadorismo (numa fase mais madura do pensamento de Rothbard, este faz uma aproximação entre o Libertarismo e o Conservadorismo) é reduzir o papel do Estado e o seu tamanho, reduzindo a interferência do Estado na economia e na sociedade. Os libertários mais radicais como Rothbard defendem a abolição de qualquer Governo, os libertários menos radicais, ou seja, que defendem a existência de um Estado Mínimo com a função de defender a propriedade e a vida do indivíduo, tendo o Estado as funções de defesa e da segurança.

Os agentes que maior ameaça causam à liberdade são:

- a) Quem vive do assistencialismo, sendo apologistas do Estado;
- b) As elites que controlam o poder.

Quem tem tempo para se dedicar à política são burocratas, políticos e grupos de interesse (lobbies e grandes empresários). As elites que controlam o poder são a maior ameaça à liberdade que as massas sem interesse (ou com um interesse reduzido). Existem outros grupos interessados em política, com “ideologias”, como o Libertarismo (que Rothbard faz parte), mas são uma minoria (minoria de libertários em relação a todos os intelectuais que são a favor da existência do Estado, mesmo que defendam diversas organizações estatais diferentes entre si). A Social-Democracia – do ponto de vista Rothbardiano - (que contemporaneamente por exemplo é defendida pelo sociólogo

britânico Anthony Giddens) divide a sociedade em dois grupos: pagadores de impostos e consumidores de impostos<sup>49</sup>.

Os social-democratas opõem-se à liberdade (como ausência de coerção externa) e à tradição (do Conservadorismo), defendendo um Estado interventor, regulador e controlador. Para Rothbard os sociais-democratas são mais perigosos que os socialistas, pois os primeiros utilizam um discurso mais apelativo, misturando, igualmente, o Estado e o sistema político (democracia). Hoje em dia os sociais-democratas defendem um mercado<sup>50</sup>, embora esse mesmo seja regulado e controlado pelo Governo.

---

<sup>49</sup> Esta perspetiva está presente na obra de Calhoun, John, *Dissertação sobre o governo*, Tradução de João C. S. Duarte, Estudos introdutórios Viriato Soromenho Marques e Diogo Pires Aurélio, Circulo de Leitores, s.l.e., 2008 pp. 93 e ss.

<sup>50</sup> O socialismo de mercado está presente na obra Huerta de Soto, Jesús, *Socialismo, Cálculo Económico y Función Empresarial*, 4ª edição, Unión Editorial, Madrid, 2010.

**Capítulo II**  
**Crítica Política ao Estado**

## 2.1. O que é o Estado para Rothbard

No livro *A Anatomia do Estado*<sup>51</sup> Rothbard define sociologicamente o Estado como “uma instituição social forçada por um grupo de homens vitoriosos sobre um grupo de homens vencidos”<sup>52</sup>. O nascimento do Estado é realizado por bandidos que se apropriam do mesmo e o transformam no seu reino. Isto quer dizer, que o aparecimento de um Estado não acontece de modo fortuito, é necessário um grupo de pessoas que se apropriem de um determinado território (por exemplo: durante o Império Romano, a Península Ibérica foi conquistada pelo poder de Roma, isto é, a Península Ibérica passou a fazer parte do Império Romano). Rothbard não faz uma distinção clara entre os conceitos de Estado e Governo, muitas das vezes usa a expressão Estado, outras vezes a expressão Governo. Considero, pessoalmente, que se torna difícil descobrir o rigor de Rothbard, quando faz uma crítica ao conceito de Estado.

Para Hans Kelsen o Estado está subjacente a um sistema de normas, que possui unidade e individualidade, baseando-se na ordem jurídica nacional (de cada país). Igualmente entende o Estado como um organismo natural<sup>53</sup>, a teoria orgânica é baseada na biologia orgânica. “O Estado é definido como um relacionamento em que alguns comandam e governam, e outros obedecem e são governados”<sup>54</sup>. Kelsen considera que não existe um Estado onde apenas um comande, havendo sempre uma autoridade conjunta, que se baseia em relações efetivas de domínio, atos de comando e obediência. A dominação de um grupo de homens em relação a outro deve ser legítima e efetivamente considerada pelos governantes e governados. O carácter normativo do Estado refere-se às relações de domínio dentro da máquina estatal, na qual as propriedades que o Estado possui, têm como finalidade a ordem normativa ou uma comunidade constituída por uma ordem. No entanto, o Estado, ao contrário do indivíduo não é um facto concreto, mas se o Estado é um sistema de regras, então a vontade e a conduta do indivíduo entram em conflito com as normas estabelecidas. O Estado é a

---

<sup>51</sup> Rothbard, Murray Newton, *A Anatomia do estado*, 1ª edição, Tradução: Tiago Chabert, Revisão: Leandro Roque e Fernando Chiocca, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2012.

<sup>52</sup> Ibid. p. 14.

<sup>53</sup> Kelsen, Hans, *Teoria Geral do Direito e do Estado*, 2ª edição, Tradução Luís Carlos Borges, Martins Fontes, São Paulo, 2000, p. 267.

<sup>54</sup> Kelsen, Hans, *Teoria Geral do Direito e do Estado*, 2ª edição, Tradução Luís Carlos Borges, Martins Fontes, São Paulo, 2000, p. 268.

organização política, uma organização é uma ordem. Pergunta Kelsen, “mas em que reside o carácter político dessa ordem?”<sup>55</sup>, respondendo que a ordem se estabelece de modo coercitivo. O Estado monopoliza o uso da força, tendo por base o Direito (para mim é necessário ter em atenção que a perspectiva de Hans Kelsen relaciona o Estado com uma ordem jurídica/Direito) é influenciada por Max Weber, quando o último considera que o Estado é o monopólio da força numa determinada região) É o Estado que impõe o Direito, e o poder político e social que implica autoridade na relação do superior para o inferior. Quando Kelsen se refere ao Estado refere-se a canhões, metralhadoras ou prisões, que são uma das formas de exercer o poder do Estado e o Poder do Estado está baseado na ordem coercitiva do Direito. O Estado realiza funções que se dirigem à sanção jurídica, que está assente no código penal.

Para o jurista e filósofo do direito brasileiro Miguel Reale, o Estado não é apenas jurídico, não existe maior erro em identificar o Estado com a respetiva doutrina jurídica. Existem dois erros a evitar na definição de Estado:

- 1) Não se deve admitir que a única maneira justa de explicar o Estado seja sociológica, política, histórica, ou de outro modo, qualquer formulação que não seja jurídica;
- 2) Que o fenómeno estatal não é apenas resolvido pelo jurista<sup>56</sup>.

Para Reale, o Estado divide numa forma social, na qual se analisam a formação e o desenvolvimento da instituição estatal; a razão jurídica, na qual se estuda normativamente o que é o Estado, baseada no ordenamento jurídico estatal; a outra razão da existência do Estado é política, que explica as finalidades do Governo relacionados com os diversos sistemas de cultura.

O homem nasce indefeso, apenas utiliza a sua mente para o processo de produção e troca. Isto é, realizado através dos recursos naturais e da sua transformação, “fazendo deles sua propriedade intelectual”<sup>57</sup>. Para Stephan Kinsella, a propriedade intelectual “é

---

<sup>55</sup> Kelsen, Hans, *Teoria Geral do Direito e do Estado*, 2ª edição, Tradução Luís Carlos Borges, Martins Fontes, São Paulo, 2000, p. 273.

<sup>56</sup> Reale, Miguel, *Teoria do Direito e do Estado*, 5ª edição, Editora Saraiva, São Paulo, 2000, p. 125.

<sup>57</sup> Rothbard, *A anatomia do estado*, ob. cit., p. 11.

um conceito amplo que cobre diversos tipos de direitos legalmente reconhecidos sobre algum tipo de criatividade intelectual, ou que estão de alguma forma relacionados a ideias.”<sup>58</sup> Os dados da Propriedade Intelectual são sobre bens intangíveis como o caso de ideias e de patentes.

Existem, para Rothbard, duas formas de obter riqueza:

- a) Através do meio económico que é baseado na produção e na troca;
- b) Através do meio político: com o confisco do bem dos outros, onde se rouba a propriedade dos outros<sup>59</sup>.

Distinguiu-se entre o meio político e o meio económico para definir o Estado. Para tal, Rothbard recorreu à obra de Franz Oppenheimer<sup>60</sup>, onde este considera que “o Estado é a organização dos meios políticos”<sup>61</sup>. No meio político, a produção é desviada por um ou vários indivíduos, agindo no curto prazo contra a natureza humana. No entanto, a longo prazo, destrói a própria subsistência (humana). Isto significa que os meios económicos são fortuitos, acontecem para melhorar as vidas das pessoas, ao contrário dos meios políticos que se baseia no confisco de bens alheios. O Estado entende-se como “sistematização do processo predatório sobre um determinado território”<sup>62</sup>, na qual este se insere num determinado território, para a sua subsistência há uma série de propriedades do Estado (na minha perspectiva, hoje em dia, o Estado detém certas propriedades, mas as restantes são privadas, não sendo controladas diretamente pelo mesmo).

Citando Albert Jay Nock<sup>63</sup>, o Estado faz a depredação da propriedade privada, este “reivindica e exercita o monopólio do crime. Ele proíbe o homicídio privado mas ele

---

<sup>58</sup> Kinsella, Stephan, *Contra a propriedade intelectual*, 1ª edição, Tradução Rafael Hotz, Instituto Ludwig von Mises Brasil, São Paulo, 2010, p. 9.

<sup>59</sup> Ibid. p. 12.

<sup>60</sup> Oppenheimer, Franz, *The State*, <http://www.franz-oppenheimer.de/state0.htm>, Acesso em 26 de março de 2014.

<sup>61</sup> Rothbard, *A anatomia do estado*, ob. cit., p. 12.

<sup>62</sup> Ibid. p. 12.

<sup>63</sup> Hoppe, Hans-Hermann, *Por que é impossível argumentar contra a propriedade privada sem cair na autocontradição*, 24 de setembro de 2010, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=788>, Acesso em 26 de março de 2014.

mesmo organiza o assassinio numa escala colossal, o mesmo se passa com o roubo da propriedade”<sup>64</sup>.

O economista de formação, considera o livre mercado anterior ao Estado, pois este último não foi criado como os teóricos do *contrato social* consideravam, nascendo através da conquista e exploração, na qual uma tribo pilha e assassina as restantes<sup>65</sup>.

O autor defende que o Estado realiza funções importantes e necessárias como o caso da polícia, bombeiros, manutenção das ruas, etc. No entanto, realizar funções importantes e necessárias não equivale a dizer que o Governo realize bem as suas funções. O Estado usa o monopólio de maneira coercitiva, sendo que os seus serviços são caros e ineficientes. Grupos de homens se autodenominam de *Governo* ou *Estado*, tentam com sucesso o monopólio do alto comando da sociedade e da economia (o mesmo acontece em sistemas democráticos)<sup>66</sup>. O Estado tem o monopólio de serviços militares e policiais, as leis e as decisões judiciais e a moeda (produzir dinheiro/moeda). A sociedade é regulada através do controlo da terra e do transporte. Ao longo da história, o Governo controlou a sociedade pela religião, na união do Estado com a Igreja. “ (...) O Estado concede aos sacerdotes poder e riqueza, e em troca, a Igreja ensina à população subjugada o seu dever divinamente proclamando de obedecer a *César*”<sup>67</sup>. Na minha opinião, durante o Estado Novo, eram visíveis as relações entre o poder político e o poder religioso, especialmente com o peso do Cardeal Cerejeira, mas tal exemplo também acontece nos Estado Islâmicos, na qual a lei estabelecida é a lei religiosa. Hoje em dia, o Estado alia-se a intelectuais profanos, porque a religião perdeu o seu poder persuasivo. No entanto, um grande número de intelectuais não tem qualquer religião (a religião não perdeu o seu poder persuasivo entre pessoas, pois estas continuam a ter crenças religiosas, ao contrário dos intelectuais, que o Estado recorre a especialistas que não são religiosos. O monopólio do Estado relaciona-se com a violência, através da polícia, tribunais e das forças armadas. “O controlo da polícia e do exército tem importância fundamental para forçar e assegurar todos os outros poderes do Estado, incluindo todo o poderoso poder de extrair seus rendimentos através da

---

<sup>64</sup> Rothbard, *A anatomia do estado*, ob. cit., p. 13, versão original na obra: Nock, Albert Jay, *On Doing the Right Thing and Other Essays*, Harper & Brothers Publishers, New York and London, 1928, p. 143.

<sup>65</sup> Rothbard, *A anatomia do estado*, ob. cit., p. 13.

<sup>66</sup> Rothbard, *A Ética da liberdade*, ob. cit., p. 231.

<sup>67</sup> Rothbard, *A Ética da liberdade*, ob. cit., p. 232.

coerção”<sup>68</sup>. As receitas do Estado são obtidas pela coerção (por exemplo, na minha opinião, os impostos que todas as pessoas pagam não são voluntários, pois se fossem voluntários, qualquer pessoa poderia optar por não pagar, mas se não se pagarem os impostos, os indivíduos sofrerão sanções), de um modo involuntário (ao contrário do que acontece com o livre mercado). Essa coerção é através dos impostos, que antigamente a sua definição residia na palavra tributo. Rothbard entende os impostos como um roubo numa escala grande, residindo na tomada da propriedade dos habitantes e/ou súbditos do Estado.

São apresentadas falhas à doutrina de impostos voluntários:

- 1) Há uma contradição entre voluntarismo e coerção, “uma coerção de todos contra todos de maneira alguma torna esta coerção *voluntária*”<sup>69</sup>;
- 2) A taxa cobrada nunca passaria do valor que pessoas estão dispostas a pagar voluntariamente, embora todas contribuíssem;
- 3) Fornecimento de qualquer serviço onde pode ser expandido pelo uso financiador dos impostos;
- 4) Argumento místico: no caso de pessoas agnósticas ou ateias, quando pagam impostos para uma Igreja, nesta situação, seriam voluntárias a pagar para a Igreja, visto serem ateus/agnósticos<sup>70</sup>.

Basta que num país haja um libertário ou anarquista para ser suficiente destruir o argumento que os impostos são voluntários. Um libertário é contra os impostos: 1) porque na sua perspectiva tiram dinheiro de uns para dar a outros, fomentado a redistribuição; 2) os impostos não são voluntários, pois se alguém não pagar impostos sofrerá sanções por parte do Estado; 3) inclusive nas democracias, onde a maioria aceita pagar impostos, isto equivale à tirania da maioria, o que não é um ato voluntário.

Ao contrário de um ladrão que rouba uma carteira, o Estado não é considerado uma organização criminosa<sup>71</sup>, pois para quem o defende, não o considera como tal, inclusive no âmbito libertário um filósofo como Robert Nozick defendia o Estado, no caso da sua teoria defendia o Estado Mínimo, na qual tinha a função de proteção e segurança das pessoas e das suas propriedades. Para Rothbard, “o Estado é uma organização criminosa coercitiva que subsiste através do sistema regularizado de imposto-roubo de grande

---

<sup>68</sup> Ibid. p. 232.

<sup>69</sup> Rothbard, *A Ética da liberdade*, ob. cit., p. 233.

<sup>70</sup> Ibid. p. 234.

<sup>71</sup> Ibid. p. 239.

escala, e que sai impune manobrando o apoio da maioria ao assegurar uma aliança com um grupo de intelectuais formadores de opinião que são recompensados com uma parcela do seu poder e da sua pilhagem”<sup>72</sup>.

O Estado é uma organização que possui uma ou as duas características:

- 1) “Adquire seus rendimentos através da coerção física (impostos) ” e/ou
- 2) “Alcança um monopólio compulsório da força e do poder de tomada de decisões finais numa determinada extensão territorial”<sup>73</sup>.

O Estado usa a força para controlar a moralidade<sup>74</sup> e a vida cotidiana dos seus cidadãos (ou súbditos). O Estado organiza a força para redistribuir a riqueza e o rendimento.

O método de atuação do Estado é pela força, independentemente da forma de Governo que exista (quer seja democrático ou não) deverá ter o apoio da maioria dos seus súbditos, para isso é necessário ter em atenção que no caso de um sistema ditatorial, na minha opinião, é difícil que este tenha o apoio da maioria das pessoas, visto que as liberdades básicas (como a liberdade de expressão ou a liberdade de associação) muitas das vezes não são garantidas. A crítica que Rothbard defende é para qualquer Estado, no entanto existem diferenças entre viver num Estado democrático, onde são asseguradas certas liberdades, e num Estado/regime político, onde essas liberdades são negadas: liberdades como é o caso da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa, liberdade de associação e de reunião. A principal tarefa dos governantes é “sempre a de assegurar a aceitação ativa ou resignada da maioria dos cidadãos”<sup>75</sup>. Para os métodos de apoio é necessário a criação de interesses económicos legalmente garantidos, onde a maioria é persuadida pela ideologia que o Governo é bom e sábio, sendo melhor que as alternativas<sup>76</sup>, para esse objetivo são essenciais as funções dos intelectuais (ou *formadores de opinião*). No livre mercado o sustento dos intelectuais não é garantido, pois depende das escolhas das massas, sendo evidente que em tal sociedade existirão intelectuais, como Rothbard, mas a sua crítica é aos intelectuais que conseguem

---

<sup>72</sup> Ibid. p. 243.

<sup>73</sup> Ibid. p. 244.

<sup>74</sup> Sobre o caso da pornografia ver a obra Rothbard, Murray Newton, *Por Uma Nova Liberdade: O Manifesto Libertário*, 1ª edição, Tradução Rafael de Sales Azevedo, Revisão Fernando Fiori Chiocca e Tatiana Villas Boas Gabbi, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2013, Capítulo 6 “Pornografia”.

<sup>75</sup> Rothbard, *A anatomia do estado*, ob. cit., p. 15.

<sup>76</sup> Uma alternativa seria uma sociedade como Rothbard apresenta na obra “Por uma nova liberdade: o manifesto libertário”, onde é um sistema de propriedade privada, sem a intervenção do Estado.

trabalhos no sector estatal e não criticam o Estado. Um dos exemplos históricos entre a aliança dos intelectuais e Estado ocorreu no século XIX, onde professores da Universidade de Berlim forneciam o apoio intelectual à Casa de Hohenzollern.

Relação entre o Estado e intelectuais divide-se em:

- 1) Governantes como homens sábios e graciosos;
- 2) Subjugação através do Governo é inevitável, caracterizando-se como o melhor dos males.

Havendo outro mecanismo: instaurar o medo, é a proteção do Estado contra criminosos e saqueadores. O crime privado, neste caso tinha por objetivo ser mantido no seu grau mínimo<sup>77</sup>. Por exemplo se o país A estivesse a ser atacado pelo país B a classe dominante diria que o ataque seria executado contra todos (e não apenas contra a classe dominante).

Os Governos, de modo geral possuem armas ideológicas como: tradição e adoração dos antepassados, de modo a que consigam manter o seu poder.

Na perspetiva de Rothbard, o Estado desvaloriza ações individuais; porém, hoje em dia, nem sempre acontece, pois há certas ações individuais que o Estado não desvaloriza. O homem mais perigoso para o Governo é aquele que pensa por si mesmo, especialmente quando questiona a tradição do seu país.

Para curvar o indivíduo à vontade do Estado é através da culpa, por exemplo o bem-estar individual é visto como ganância e materialismo e os recursos do sector privado são desviados para o sector público<sup>78</sup>. Hoje em dia, uma parte dos recursos do sector privado são desviados para certas empresas específicas (quer sejam empresas privadas ou empresas estatais).

Referentemente ao conceito de Soberania que “indica a qualidade última e definitiva do poder político; é o poder que se apoia no uso da violência”<sup>79</sup>. Neste caso, o conceito de soberania, para Rothbard tem uma conotação necessariamente política. As teorias da soberania, mais cedo ou mais tarde são um trampolim para o poder, pois por exemplo; há a separação dos poderes, sendo o poder judicial separado dos outros poderes, onde o Estado coloca o papel do juiz em causa própria, violando o princípio da decisão justa. O

---

<sup>77</sup> Rothbard, *A anatomia do estado*, ob. cit., p. 19.

<sup>78</sup> Ibid. 22, para uma crítica ao setor público de Rothbard, ver o artigo Rothbard, Murray Newton, *La falencia del “sector público*, Tradução Centro de Estudos económicos e sociais, Caracas, Venezuela.

<sup>79</sup> Rothbard, Murray Newton, *El hombre, la economía y el Estado; Tratado sobre principios de economía*, Volume II, Tradução Norberto R. Sedaca, Unión Editorial, Madrid, 2013, p. 130.

Estado transcende os seus limites através da sua interpretação da Constituição, sendo que para Rothbard a Constituição Americana serve de entrave para o crescimento do Estado; porém quem designe a legitimidade seja a *Suprema Corte*<sup>80</sup>, uma entidade estatal.

O Estado vive constantemente através do confisco do capital privado, nessa aceção do Estado é profundamente anticapitalista. Este teme ameaças ao seu poder e a morte do mesmo é conseguida de duas formas:

- 1) Através da conquista por outro Estado;
- 2) Através de uma guerra ou revolução interna.

Em situações de guerra, o poder do Estado é elevado ao extremo, impondo a tirania, que em tempos de paz teria resistência. Rothbard entende a guerra como a saúde do Estado. Podendo a guerra ser a saúde do Estado ou causar danos irreparáveis, em caso de derrota<sup>81</sup>. Cada Estado possui o monopólio da força sobre uma determinada área territorial. A política externa resulta nas relações entre o estado *A* e os estados *B*, *C*, *D*, e os habitantes de cada Estado. Num mundo ideal, isto é num mundo libertário, não haveria Estado nem política externa. As guerras entre os Estados fazem com que os impostos aumentem e todas as guerras modernas envolvem um assassinato em massa<sup>82</sup>.

Albert Jay Nock faz uma distinção entre poder estatal e poder social<sup>83</sup>:

- a) Poder social é o poder dos homens sobre a natureza;
- b) Poder estatal é a apropriação coercitiva e ilegítima do poder do Estado sobre o homem<sup>84</sup>.

Entre os séculos XVII a XIX houve um crescimento do poder social através das liberdades, paz e bem-estar material. No século XX apareceu o poder estatal com a escravidão, guerra e destruição<sup>85</sup>.

---

<sup>80</sup> Ver a obra de Calhoun, John, *Dissertação sobre o governo*, Tradução de João C. S. Duarte, Estudos introdutórios Viriato Soromenho Marques e Diogo Pires Aurélio, Circulo de Leitores, s.l.e., 2008 e na obra Spooner, Lysander, *La Constitución sin autoridad: no es traición*, Tradução Nidia Benítez, OrdenVoluntario.org, Assunção, 2011.

<sup>81</sup> Ver Rothbard, *Por uma nova liberdade: o manifesto libertário*, ob. cit., Capítulo 14 “Guerra e Política externa”.

<sup>82</sup> Pereira, Ana Fonseca, *Guerra na Síria já matou mais de 130 mil pessoas*, 31 de dezembro de 2013, Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/guerra-na-siria-ja-matou-mais-de-130-mil-pessoas-1618059>, Acesso em 26 de março de 2014.

<sup>83</sup> Sobre a distinção entre poder estatal e poder social ver Nock, Albert J., *Nuestro Enimigo, el Estado*, 1ª edição, Tradução Almudena Santalla Rodriguez, Prefácio Frank Chodorox, Editorial Innisfree, s.l.e., 2013, capítulo 1 e 2.

<sup>84</sup> Rothbard, *A anatomia do estado*, ob. cit., p. 47.

O impulso do Libertarismo é opor-se a qualquer agressão aos direitos de propriedade dos indivíduos. Numa sociedade libertária não há um promotor público, onde se punem os criminosos em nome da *sociedade*, que não existe. Num mundo libertário não existem prisões, apenas uma indemnização por parte do agressor para quem foi agredido. No entanto, no sistema atual, quem é vítima de crimes, é obrigado a pagar impostos para sustentar o criminoso (Rothbard não apresenta uma solução do qual seria o melhor sistema prisional).

“Os libertários veem o Estado como o supremo, eterno, mais bem organizado agressor das pessoas e da propriedade de grande parte do público”<sup>86</sup>, aplicando-se a todos os Estados, mesmo que sejam democráticos. Entende-se *razão de Estado* como um serviço prestado pelo Estado que justifica todos os atos que seriam considerados imorais ou criminosos, se tivessem sido cometidos por cidadãos privados. O Estado roubou as pessoas através dos impostos, visto que “na realidade, se você deseja saber como os libertários enxergam o Estado e qualquer um dos seus atos, simplesmente pense no Estado como um bando criminoso, e todas as atitudes libertárias se encaixarão de maneira lógica”<sup>87</sup>. O libertário não se opõe a desigualdade e a coerção, que apenas se aplica ao uso da violência. O Governo obtém o seu rendimento através da coerção ou violência (através da ameaça de confisco ou prisão onde o pagamento deve acontecer), o resultado é o imposto ou tributação. O Governo pode cometer violência sobre os seus súbditos, igualmente pode proibir a pornografia ou impor apenas um credo religioso. O rendimento do Governo é institucional baseado na taxaço coercitiva. O libertário opõe-se à instituição Estado, que é igualmente, um inimigo dos direitos de propriedade<sup>88</sup>. Para nos proteger de criminosos privados, temos a polícia, mas quem nos protege do Estado? Para Rothbard ninguém nos protege do Estado. O Estado arroga a monopolização do serviço de proteção e da violência. Hoje em dia, diversos serviços de proteção e defesa podem ser conseguidos de modo privado como o caso da segurança numa casa. Negar que o Estado detenha o serviço de proteção e da violência é negar o conceito de Estado de Max Weber. Segundo a definição clássica de Estado, de Nozick é influenciada por Max Weber: “um estado reclama o monopólio da decisão sobre quem pode usar a força e quando; afirma ser o único a poder decidir quem pode usar a força e em que condições; reserva para si próprio o direito exclusivo de outorgar a legitimidade

---

<sup>85</sup> Ibid. p. 48.

<sup>86</sup> Rothbard, *Por uma nova liberdade: o manifesto libertário*, ob. cit., p. 64.

<sup>87</sup> Rothbard, *Por uma nova liberdade: o manifesto libertário*, ob. cit., p. 64.

<sup>88</sup> Ibid. p. 65.

e permissibilidade de qualquer uso da força dentro das suas fronteiras; além disso, reivindica o direito de punir todos os que violem o seu suposto monopólio”<sup>89</sup>.

A expressão “nós somos o Governo”<sup>90</sup>, equivale a dizer que qualquer coisa que este faça não é apenas justa e não tirânica, ela é voluntária por parte do indivíduo em questão. Nós não somos o Governo, pois o Governo não *representa* (na aceção da palavra representar), a maioria das pessoas. Por exemplo, se em Portugal 90% da população decidisse matar 10% das restantes, isso seria um assassinato em massa, sendo que é um crime e é entendido como uma agressão contra os direitos dos outros. O Estado é oligárquico, isto é, é dominado por uma elite pequena (oligárquica) que controla a máquina estatal. A natureza do Estado é parasítica, pois a sua atuação é baseada na coerção das outras pessoas com os impostos.

“O Estado reivindica para si e exerce o monopólio do crime. (...) Ele proíbe os assassinatos privados, porém ele próprio organiza assassinatos numa escala colossal. Ele pune o roubo privado, porém ele próprio coloca suas mãos inescrupulosas sobre tudo o que quer, seja a propriedade de um cidadão ou de um estrangeiro”<sup>91</sup>.

O Estado para Rothbard é composto por dois grupos:

- a) Pelo aparato em tempo integral (reis, políticos e burocratas que controlam e operam o Estado);
- b) Os grupos privados ou que fazem parte do aparato do Estado (como por exemplo qualquer empresa pública) que manobram de modo a obter privilégios, subsídios e benefícios do Estado<sup>92</sup>.

Existem alguns problemas referentes ao Estado que se verificavam quando Rothbard escreveu a sua obra *Por uma Nova Liberdade: o manifesto libertário* em 1973 (é necessário ter em atenção que as críticas de Rothbard foram nos anos 1973, e que como se trata de um autor norte-americano, as suas críticas são especialmente aos Estados Unidos):

- a) Altos impostos - prejudicam a produtividade e a livre iniciativa das pessoas;

---

<sup>89</sup> Nozick, Robert, *Anarquia, estado e utopia*, Tradução Vítor Guerreiro, Introdução João Cardoso Rosas, Edições 70, Lisboa, 2009, p. 53.

<sup>90</sup> Ibid. p. 67.

<sup>91</sup> Rothbard, *Por uma Nova Liberdade: o manifesto libertário*, ob. cit., p. 69, retirado no original de Nock, Albert Jay, *On Doing the Right Thing and Other Essays*, ob. cit., p.145.

<sup>92</sup> Rothbard, *Por uma nova liberdade: o manifesto libertário*, ob. cit., p. 71.

- b) Crise fiscal urbana – por todos os EUA as comunidades têm dificuldade em pagar os juros e as suas dívidas públicas<sup>93</sup>; igualmente acontece quando os Governos gastam a mais, incluindo altos impostos que são extraídos (isto porque os impostos para Rothbard não são voluntários) às pessoas<sup>94</sup>. Outros exemplos na altura em que Rothbard escreveu era a guerra do Vietnam que foi desastrosa para os EUA. O resultado da Guerra no Vietnam foram pessoas assassinadas e área devastada, provocado pelo exercito norte-americano que atuava em função das ordens que o Governo dos EUA ordenava;
- c) Crime nas ruas – crimes que acontecem nas ruas dos EUA (ou em ruas de qualquer país), que são propriedade do Governo. A polícia deve proteger destes crimes de monopólio compulsivo do Governo. Os tribunais são o monopólio compulsivo do Governo;
- d) Congestionamento do tráfego – ocorre nas ruas e estradas do Governo;
- e) Complexo militar-industrial – o Governo é quem gasta bilhões de dólares em armas de destruição em massa;
- f) Transporte (hoje em dia os transportes são privados, no entanto existem as Redes de Metro e autocarros nas cidades que são públicos) – relaciona-se não apenas com os engarrafamentos, mas também com caminho-de-ferro em estado de abandono, linhas aéreas que cobram preços excessivos (hoje em dia há viagens de avião a preços *low coast*), os aeroportos são congestionados nas horas de ponta, os metros vêm sofrendo *deficits* e estão condenados ao colapso (Sobre o metro Rothbard aborda o metro da sua cidade natal: Nova Iorque);
- g) Poluição nos rios (existem rios que estão poluídos e quem os polui são igualmente empresas privadas) – rios desprovidos de proprietários, pelo “domínio público”, isto é, sendo propriedade do Governo. Os maiores poluidores são as redes de esgoto, propriedade dos municípios, sendo o Governo (poderá ser considerada uma câmara municipal como um Governo local) o maior poluidor;
- h) Escassez da água (este aspeto, do meu ponto de vista, não deriva da atuação do Governo, mas acima de tudo das condições meteorológicas) – é alcançada de duas formas 1) através do seu controlo do domínio público, detendo a propriedade dos rios de onde vem a maior parte da água; 2) como virtualmente,

---

<sup>93</sup> Ibid. p. 93.

<sup>94</sup> Ibid. p. 94.

- o único fornecedor comercial de água detém a propriedade dos reservatórios e dos canais de escoamento da água;
- i) Poluição do ar – pessoalmente considero que uma empresa privada, igualmente, polui o ar, especialmente, certas indústrias transformadoras – o Governo é *proprietário* do ar, a parte da poluição vem de centrais elétricas, que podem ser propriedade do Governo (existem ou é possível que existam centrais elétricas que estão em mãos privadas);
  - j) Falta de energia e apagões (por exemplo as condições meteorológicas podem condicionar a falta de energia ou mesmo os apagões) – o Governo dos EUA criou monopólios da energia e gás, concebendo este privilégio a empresas privadas de serviço público. Neste caso, o Governo funciona com monopólio e regulamentação<sup>95</sup>;
  - k) Serviço telefónico – serviços telefónicos são cada vez mais ineficientes (hoje em dia os serviços telefónicos não são ineficientes, antes pelo contrário), sendo fornecidos por empresas públicas (hoje em dia as empresas não são públicas, de modo geral são empresas privadas, que nos últimos anos foram privatizadas). Ninguém pode competir com o monopólio das companhias telefónicas (embora hoje em dia já há diversas empresas telefónicas a operar no mercado que serão reguladas e controladas pelo Estado);
  - l) Serviço de correios – torna-se geralmente mais caro e o serviço ao longo do tempo piorou;
  - m) Televisão (hoje em dia os canais de televisão são por regra privados) - consiste em canais nacionalizados, bem como distribuição das concessões a canais privados que recebem licenças que são renovadas constantemente<sup>96</sup>;
  - n) Sistema de bem-estar social (podem existir modalidades na qual sejam privadas, tudo deriva do sistema de bem-estar social que cada país adote) – apenas é alcançado através do Governo;
  - o) Moradia urbana – o planeamento urbano controla e regula as cidades;
  - p) Restrições e greves sindicais – os sindicatos possuem uma série de privilégios concebidos pelo Governo;
  - q) Inflação e estagflação – todos os países sofrem com a inflação crónica e crescente, que é acompanhada pela taxa de desemprego<sup>97</sup>;

---

<sup>95</sup> Ibid. p. 95.

<sup>96</sup> Ibid. p. 96.

- r) Caso Watergate – invasões da propriedade, o ludíbrio do público, a corrupção, tudo causado por um presidente (Richard Nixon), levam à perda de confiança dos políticos e funcionários do Governo<sup>98</sup>;

Os Governos desde tempos imemoriais forneceram serviços essenciais como a defesa, corpo de bombeiros, ruas, estradas, esgotos, recolha do lixo, correios, etc. (por exemplo: hoje em dia, os serviços acima mencionados são privados ou existe a possibilidade de serem privados, mesmo as prisões podem ser privadas hoje em dia). Entende-se uma crítica ao funcionamento do Estado, como uma crítica ao serviço em si, mas não corresponde à verdade, pois os libertários não se opõem a que haja (instituições) correios, polícia, etc., apenas defendem um sistema de propriedade privada (sem a interferência do Estado). No livre mercado, uma empresa tem lucros e evita prejuízos, tentando servir os consumidores do modo mais eficiente, nas operações governamentais tudo muda. É necessário dissociar um serviço prestado e o pagamento do mesmo, inerente à ação do Governo<sup>99</sup>. Considera, Rothbard, na iniciativa privada o consumidor tem sempre razão, na máxima governamental o consumidor é sempre culpado. Os impostos irão aumentar, e todas as pessoas têm que dar mais dinheiro ao Estado. No Governo, ao contrário da livre iniciativa, não há o mecanismo de lucros e prejuízos que sejam eliminadas as operações ineficientes, e se promovam as eficientes. O serviço governamental será um monopólio ou um semi-monopólio (o propósito do Governo gerido por princípios de mercado). A outra falha do Governo é ser gerido como uma empresa privada, (ou da impossibilidade de ser gerida como uma empresa) sendo que o seu capital é arrancado continuamente à força pelos pagadores de impostos<sup>100</sup>.

Rothbard, considera o Estado como um bando de ladrões em grande escala<sup>101</sup>, especialmente, devido à cobrança de impostos. Um grande número de pessoas (os defensores do Estado) considera-o como uma organização legítima, embora (para os libertários como o caso de Rothbard) mate, e roube com os impostos, através do serviço militar obrigatório e pelo controlo da vida das pessoas. Para diversas pessoas o Estado é

---

<sup>97</sup> Ibid. p. 97.

<sup>98</sup> Ibid. p. 98.

<sup>99</sup> Ibid. p. 233.

<sup>100</sup> Rothbard, *Por uma nova liberdade: o manifesto libertário*, ob. cit., p. 236.

<sup>101</sup> Hoppe, Hans-Hermann, *A fraude chamada 'estado'*, 21 de agosto de 2010, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=151>, Acesso em 11 de março de 2014, Apud. Rothbard, Murray Newton, *A Ética da Liberdade*, 2ª edição, Tradução: Fernando Fiori Chiocca, Revisão Priscila Catão, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2010, p. 239.

a garantia de riqueza (por exemplo quem vive do assistencialismo), mas para Rothbard o Estado vive às custas dos outros. Tudo o que o Estado adquire é através do roubo, por exemplo o orçamento bilionário dos EUA não é conseguido através de trocas voluntárias, mas através da taxaço, isto é, pela obrigatoriedade em que se paguem impostos.

Os Governos, através dos impostos, dividem a sociedade em duas castas:

- 1) As que dão dinheiro ao Estado (todos os que pagam impostos);
- 2) As que gastam o dinheiro do Estado (quem vive dos impostos, por exemplo quem vive de subsídios estatais, mas claro que quem vive dos subsídios estatais, também pagam impostos).

Neste caso, quem dá, tem que ser um número superior a quem recebe (para manter a sociedade a funcionar).

Se não se pode acabar com um Estado, estes devem ser de pequenas dimensões como o caso da Suíça ou do Mónaco, assim, seria impossível aumentar muito o seu poder, pois as pessoas iriam mudar as suas localizações para outras mais favoráveis.

Outra forma de combater o Estado é quando o presidente dá uma ordem de ataque a um território, dando informações ao general, e o general aos seus inferiores. O exército só pode aceitar executar uma ação, se os soldados aceitaram voluntariamente, isto é, “o Estado somente pode efetuar as suas políticas se as pessoas lhe derem o seu consentimento”<sup>102</sup>.

Rothbard começa o artigo “*A falência do setor público*”<sup>103</sup> com uma questão: de que que é o setor público? Respondendo que o produto nacional é um bolo (ou é como um bolo) dividido em vários sectores, uns públicos, outros privados. Consideram-se que os setores privados e públicos são igualmente produtivos e importantes, com características equivalentes. “Considera-se assim o Estado como uma amável agência de serviços, algo parecido com uma loja de rua, ou um pavilhão vizinho onde ‘nos’ reunimos para dizer

---

<sup>102</sup> Hoppe, Hans-Hermann, *A fraude chamada ‘estado’*, 21 de agosto de 2010, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=151>, Acesso em 11 de março de 2014.

<sup>103</sup> Rothbard, Murray Newton, *La falencia del “sector público*, Tradução Centro de Estudos económicos e sociais, Caracas, Venezuela.

em comum quantas coisas deve levar a cabo o ‘nosso Governo’ em substituição ou em benefício de nós”<sup>104</sup>.

Questiona (Rothbard) o que constitui a produtividade do “setor privado”? Resulta na satisfação das necessidades e desejos dos consumidores. Os empresários e produtores dedicam tempo e energias para produzir produtos melhores. No setor privado, a produtividade de uma empresa mede-se pela quantia de dinheiro que os consumidores gastam voluntariamente nos seus produtos. A produtividade do Governo (ou do setor público) mede-se pela quantidade de dinheiro que é gasta. Rothbard entende que um Governo deve ser tão produtivo como outra (qualquer) atividade do setor privado, os seus gastos devem estar relacionados com a produtividade do Governo.

O setor público vive à conta e parasitariamente da economia privada, sendo neste caso, anti produtivo. As empresas privadas não pedem dinheiro às pessoas, adquirem-no:

- 1) Através do pagamento voluntário dos serviços prestados aos consumidores;
- 2) Em invenções que resultam na procura voluntária dos seus produtos (do meu ponto de vista, nada exclui que as empresas privadas consigam as suas receitas de modo fraudulento, tal pode acontecer inclusive num sistema de livre mercado, do mesmo modo que acontece num sistema estatal, no entanto no livre mercado, se uma empresa conseguir os lucros de modo fraudulento, os clientes podem mudar para outra empresa).

Pergunta Rothbard, como agir num mundo dominado pelo Estado?<sup>105</sup> Dando um exemplo que não há nada de errado num libertário morar num apartamento controlado pelo Governo, pois o libertário não é responsável pelo preço do aluguer. Do mesmo modo, não há nada de errado que um libertário ande nas ruas do Governo (basta pensar que se as ruas todas forem propriedade do Governo, um libertário se quer sair de sua casa e for para a rua, tem de andar nas ruas do Governo). Uma posição oposta, e que deve ser rejeitada, é usar o Estado para se beneficiar a si próprio. Outro aspeto que

---

<sup>104</sup> Rothbard, Murray Newton, *La falencia del “sector público*, Tradução Centro de Estudos económicos e sociais, Caracas, Venezuela. Tradução minha, original: “Se considera así al Estado como una amable agencia de servicios, algo parecido a la tienda de la esquina, o más bien al pabellón vecino donde «nos» reunimos para decidir en común cuántas cosas debe llevar a cabo «nuestro gobierno» en sustitución o en beneficio de nosotros”.

<sup>105</sup> Rothbard, Murray Newton, *Os libertários e do estado*, de 8 de setembro de 2008, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=146>, Acesso em 16 de março de 2014.

Rothbard nota é no trabalho para o Governo, por exemplo nos países onde o Governo detém os meios de produção, as pessoas trabalham necessariamente para o Estado.

É necessário distinguir dois géneros de atividades:

- 1) As que são legítimas e devem ser executadas por empresas privadas;
- 2) Atividades imorais ou criminosas, ilícitas numa sociedade libertária (todo o género de atividades que violem os direitos de propriedade e a teoria da propriedade, por exemplo: os impostos são um exemplo de violação da propriedade privada)<sup>106</sup>.

A última não pode ser realizada por um libertário, logo o libertário não pode desempenhar certos cargos, como: diretor ou guarda num campo de concentração, funcionário de um Banco Central, funcionário ou encarregado do serviço militar obrigatório, regulador e controlador da sociedade e da economia.

Os libertários devem ser morais e racionais num mundo gerido pelo Estado: onde trabalham e agem da melhor maneira para a causa da liberdade, pois devem recusar qualquer tentativa de crescimento do estatismo vigente e devem recusar-se a participar em atividades estatais que sejam imorais ou criminosas, *per se*.

Para Peter D. McClelland, Murray Rothbard foi um líder intelectual que no panorama norte-americano se situava na extrema-direita (entende-se o libertarismo nos EUA como uma política de extrema-direita, na Europa extrema-direita equivalem a ideias nazis ou fascistas). Sendo interessantes as ideias de Rothbard: 1) aborda a distribuição do rendimento, não fazendo distinção entre quem recebe o pagamento; 2) a sua defesa contém premissas e uma conclusão que será aplicada a todas as situações. “Ao se tomar decisões a respeito de justiça económica em situações concretas, geralmente, não confiamos em regras universais para determinar o que é ‘certo’ ou ‘errado’”<sup>107</sup>, com isto o autor refere-se à neutralidade de valoração em economia. No entanto, considera, que para a maioria dos americanos (o autor omite em que se baseie no que diz) os argumentos de Rothbard são exagerados e simplistas, sendo o seu argumento (ou o seu pensamento) mais curioso que convincente. A evidência da ausência de peso dos argumentos de Rothbard devem-se que a fraca participação do

---

<sup>106</sup> Ibid. *Os libertários e do estado*.

<sup>107</sup> Rothbard, Murray Newton, *A ética da liberdade*, 2ª edição, Tradução: Fernando Fiori Chiocca, Revisão Priscila Catão, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2010, p. 35, Apud. Peter D. McClelland, *The American Search for Economic Justice*, Oxford: Basil Blackwell 1990, pág. 74.

Partido Libertário Americano na política dos EUA. No entanto, o pensamento de Rothbard, segundo McClelland é reduzido a dilemas morais de poucos princípios.

## 2.2. Contradições do Estado Mínimo e crítica ao Estado de Bem-Estar Social

Sobre o Estado Mínimo, Rothbard considera que é uma ideia utópica, pois nunca funcionou, por exemplo os EUA começaram com o Estado Mínimo, aquando da sua fundação, e neste momento são um Estado belicista e militarista<sup>108</sup>. Não há razões para acreditar no monopólio compulsório da violência, onde se iria limitar à defesa das pessoas e das suas propriedades. Nenhum Governo permaneceu limitado por muito tempo<sup>109</sup>. Os Estados relacionam-se com o monopólio natural legitimando a proteção das pessoas, isto é, no longo prazo e quanto maior for o número de pessoas a proteger, mais baixos serão os custos da produção. Na opinião de Eric Mack e Gerald F. Gaus, os mercados dão origem a prestadores de monopólio, sendo que para o anarquista é errado pensar no livre mercado como um caso de anti monopólio<sup>110</sup>. Uma agência de proteção pode competir efetivamente através da proteção desejada de acordo com o que os clientes querem. Uma agência de proteção é capaz de assegurar a lei aos seus clientes se estiver a relacionar-se (a inter-relacionar-se) com as outras empresas Além disso, argumenta o defensor do Estado, esta exclusão não envolve a iniciação de coerção e, portanto, não contraria nenhuma norma da liberdade. Deste modo, algo como uma confederação de direitos de agências de proteção goza de uma espécie de monopólio sobre a produção e venda de serviços de defesa.

A segunda resposta ao desafio anarquista envolve algum refinamento explícito, não enfraquecendo as normas da tradição de liberdade. De acordo com esta resposta, a agência de proteção ou confederação de agências que aspira ao *status* de Estado Mínimo, podendo com mais facilidade suprimir as atividades dos seus concorrentes. Para tal, a agência ou confederação pode reprimir comportamentos que coloquem em risco moderado, o de violar os direitos das restantes pessoas. Ou, para um efeito semelhante, pode ser que se considere a agência ou confederação suprima as atividades dos seus concorrentes em nome dos direitos dos seus clientes. Assim, as considerações

---

<sup>108</sup> Sobre a impossibilidade do estado mínimo ver o artigo “Por que o estado mínimo leva ao estado máximo” de Stefan Molyneux, <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=291>.

<sup>109</sup> Rothbard, *A ética da liberdade*, ob. cit., p. 248.

<sup>110</sup> Gaus, Gerald & Kukathas, Chandran, *HANDBOOK of POLITICAL THEORY*, Sage, s.l.e, 2004, p. 120.

de risco ou de direitos processuais são invocadas para refinar a liberdade, que apoia o Estado Mínimo.

Chegamos à aprovação do Estado Mínimo que é uma agência monopolista legalmente instaurada que emprega a força e ameaça de força apenas para proteger vidas, membros, liberdades, propriedades, quer seja contra invasões internas ou externas. Como pode o Estado Mínimo adquirir os fundos para prestar serviços de proteção sem se violar reivindicações legítimas do povo?<sup>111</sup>

O Estado Mínimo está sujeito às mesmas restrições morais que se aplicam a todos nós. O defensor do Estado Mínimo se chegar às conclusões que existe uma diferença entre as ações de ladrões comuns e a ação Estatal, faz a distinção entre a defesa da proteção da vida, em oposição ao que considera Rothbard (enquanto crítico do Estado Mínimo).

O anarquista de mercado e o defensor do Estado Mínimo tem um pressuposto fundamental, que, faz com que os indivíduos recebam proteção e paguem pelos seus serviços.

Indivíduos ansiosos para serem protegidos nas suas vidas irão financiar a produção das instituições de proteção ou favorecerão uma gama agências de proteção que compitam entre si.

A premissa compartilhada é que a proteção das reivindicações justas são um padrão económico bom para as pessoas que vão pagar voluntariamente o que mais valorizam.

A característica essencial de um bem público é que, se o bem é produzido, não será possível excluir indivíduos que não pagaram para que o bem do beneficiando com isso. O exemplo usual de um público bom é o serviço de proteção de defesa nacional. Se um sistema de defesa nacional é financiado e produzido, não será possível excluir ocupantes do território nacional a partir de seus benefícios<sup>112</sup>.

O Governo limitado é uma contradição inerente ao Estado, por não ser neutro, nem imparcial, não existe desse modo um imposto que seja neutro, pois qualquer imposto nega a neutralidade. Outra contradição referente ao Governo limitado são os impostos, pois estes limitar-se-iam à proteção da pessoa e da propriedade. O imposto

---

<sup>111</sup> Gaus, Gerald & Kukathas, Chandran, *Handbook of Political Theory*, Sage, s.l.e, 2004, p. 120.

<sup>112</sup> Gaus, Gerald & Kukathas, Chandran, op. cit., p. 121.

que resulta em proteção é arbitrário, tal como as decisões do Governo. Isto é, não há nenhum critério para as decisões do Governo, que são arbitrárias.

Outra limitação do Governo *laissez-faire* limitado seria o tamanho do Estado. A título de exemplo, um autor libertário como Robert Nozick<sup>113</sup> considera que o Estado deve ser mínimo, embora omita a questão dos impostos, e faz uma passagem do Estado de Natureza para o Estado mínimo, recorrendo às agências de proteção, na qual a agência dominante se tornará no Estado existente. O Governo Limitado é um dos aspetos do libertarismo, isto é: um sistema/regime político do género implica que as ações do Governo serão limitadas ou específicas, o papel é defender a vida das pessoas, tudo o resto é deixado para a esfera privada. A expressão “Governo Limitado” apenas se refere aos limites do Governo, sendo descurados todos os outros aspetos do Governo, por exemplo qual o tamanho ideal do Governo<sup>114</sup>.

As maiorias dos problemas relacionam-se com o Governo, os jornais não possuem problemas, pois na sua generalidade são privados. O Governo quando é fornecedor de serviços não é guiado pelos desejos do cliente, e Rothbard considera que o *slogan* do Governo é que “o povo não interessa” e na iniciativa privada o cliente tem sempre razão. Sendo que o capital obtido pelo Governo, de maneira coercitiva. O Governo não precisa de reduzir custos, basta que aumente o preço dos serviços. As empresas privadas são modelos de eficiência; porém, nem todas as empresas privadas são modelos de eficiência, mas no livre mercado as que não conseguem ter lucros e evitar prejuízos tendem a fechar, pois o livre mercado estabelece preços que se podem calcular<sup>115</sup>.

Em 1934, os gastos de bem-estar social nos EUA eram de 8 bilhões de dólares, e o apoio social era de 2 bilhões de dólares. Em 1976, os gastos eram de 331.4 bilhões de dólares e 48.9 bilhões de dólares em pagamentos de direitos<sup>116</sup>. Os custos aumentaram 84.4% cada ano entre 1950 e 1974 e o auxílio público aumentou

---

<sup>113</sup> Nozick, Robert, *Anarquia, estado e utopia*, Tradução Vítor Guerreiro, Introdução João Cardoso Rosas, Edições 70, Lisboa, 2009, ver o capítulo 3, “As restrições morais e o estado”.

<sup>114</sup> Hamowy, Ronald, *The Encyclopedia of Libertarianism*, Sage, s.l.e, 2008, p. 303.

<sup>115</sup> Rothbard, Murray Newton, *Os negócios do governo*, 14 de abril de 2008, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=78>, Acesso em 14 de março de 2014.

<sup>116</sup> Rothbard, *Por uma nova liberdade: o manifesto libertário*, ob. cit., p. 169.

44.2% por ano. Este aumento deve-se à inflação. A população dos EUA duplicou, mas os gastos sociais aumentaram 10 vezes. Por exemplo: o auxílio aos pobres triplicou entre 1960/69 e as pessoas recebiam assistência do Estado por serem pobres, embora a linha da pobreza, desde 1930, tenha diminuído constantemente<sup>117</sup>. A pobreza não pode servir para explicar o aumento da clientela da assistência. Rothbard considera que os dez Estados (dos EUA) com maior aumento da assistência social estatal, são os Estados que possuem menor taxa de crescimento económico. O Libertarismo exige que se abule o sistema de bem-estar social, e quem mais necessita ser ajudado recorre à caridade privada, por exemplo, refere que esta deveria ser realizada por exemplo pela igreja Mórmon.

Pergunta Rothbard, “o que o Estado pode fazer” para reduzir o seu tamanho?

- 1) Para ajudar os pobres o Estado pode deixar de interferir na vida das pessoas e o Governo deve reduzir drasticamente os impostos e as taxas<sup>118</sup>;
- 2) Com a redução drástica dos impostos ou até mesmo a abolição dos impostos, levaria á redução dos gastos governamentais;
- 3) O Governo deve cortar nas taxas tanto para os pobres como para os ricos<sup>119</sup>;
- 4) Acabar com as leis de salário mínimo, e não dar privilégios aos sindicatos<sup>120</sup>; o objetivo do salário mínimo e dos sindicatos deriva da vontade do Governo, no livre mercado não existem nem sindicatos, nem salário mínimo. Por exemplo se o salário mínimo for muito elevado faz com que o desemprego aumente, pois nem todas as empresas conseguem pagar o salário mínimo. Quanto aos sindicatos, de forma geral, são dados privilégios aos trabalhadores para se associarem, e num sistema de livre mercado o consumidor é que deveria de ser privilegiado. Um trabalhador deve poder ganhar o que ache justo, mesmo que seja abaixo de um padrão instaurado.

---

<sup>117</sup> Ibid. p. 171.

<sup>118</sup> Ibid. p. 195.

<sup>119</sup> Ibid. p. 197.

<sup>120</sup> Ibid. p. 198.

### 2.3. Estado e Educação

Rothbard quer mostrar que a instrução pública obrigatória é uma política totalitária<sup>121</sup>, pois as escolas privadas derivam da vontade do Governo (por exemplo: em Portugal independentemente da escola ser privada ou pública, os exames nacionais são iguais). A pior injustiça é impedir os pais de ensinarem os seus próprios filhos (hoje em dia, um pai pode ensinar diversos assuntos ao seu filho. No entanto, a crítica de Rothbard à educação é referente aos impostos que financiam o sistema de ensino e para este autor, as crianças são doutrinadas na obediência ao Estado), pois ninguém está mais qualificado que os pais, visto que conhecem o ritmo dos seus educandos (os pais são qualificados para ensinarem assuntos elementares aos filhos, os menos qualificados podem arranjar um professor ou educador para os filhos).

O sistema obrigatório defende que as crianças sem aptidão vão para a escola. Nos EUA, as escolas começaram por ser privadas, mas a partir do século XIX, o Estado impôs a obrigatoriedade das crianças irem à escola, neste caso, pode ser bom para estas terem a possibilidade de frequentar uma instituição de ensino formal. O Estado “entrou em conflito com os pais pelo controle dos seus filhos”<sup>122</sup>. Com a escolaridade obrigatória e estatal surge a igualdade, sendo uma criança igual a qualquer outra. Cada vez que o Estado controla a educação, faz com que o desenvolvimento do indivíduo seja reduzido. “O Estado pode aderir estritamente à função de defender a todos da agressão violenta de todos os outros”<sup>123</sup>, pois as crianças serão, no futuro, adultos e homens livres.

Geralmente, numa situação de estatismo, sem qualquer propriedade privada, os pais não podem ensinar as crianças como querem. No entanto, hoje em dia, numa situação em que o Estado dá liberdade – em certa medida, é claro – os pais ensinam/educam ou inscrevem as crianças numa instituição de ensino formal que querem.

O sistema de escola pública (ou estatal) equivale a um sistema que deriva dos impostos, sendo que, neste caso, é um modelo totalitário, “num sistema de educação

---

<sup>121</sup> Rothbard, Murray Newton, *Educação: Livre e obrigatória*, 1ª edição, Tradução Filipe Rangel Celeti, Revisão final de Fernando Fiori Chiocca, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2013, p. 7.

<sup>122</sup> Ibid. p. 20.

<sup>123</sup> Ibid. p. 22.

obrigatória, financiada pelos impostos é o modelo de um Estado totalitário”<sup>124</sup> – Totalitário na medida em que os impostos são considerados uma coerção, tornando necessariamente o sistema de ensino totalitário – isto, claro, na perspectiva de um libertário.

Para mostrar que a educação obrigatória tem problemas, não sendo exequível, Rothbard relaciona a educação com os jornais. Se houvesse apenas jornais estatais, seria uma invasão à liberdade de imprensa, do mesmo modo que a escola obrigatória é uma invasão à liberdade de ensinar (ensinar de acordo com o que os pais achem mais adequado).

Historicamente, a educação compulsória surge na Europa, na Idade Moderna, através da Contra-Reforma, especialmente com Martinho Lutero. Lutero dizia que “se o Governo pode compelir alguns cidadãos que estejam aptos ao serviço militar para empunhar lanças e espingardas, para erguer defesas, e para executar outras tarefas marciais em tempos de guerra, têm muito mais direito de compelir o povo a enviar seus filhos para a escola, porque, neste caso, estamos em guerra contra o diabo, cujo objetivo é secretamente esvaír nossas cidades e principados de seus homens fortes”<sup>125</sup>. Lutero queria o Estado absoluto, baseado na Bíblia, e para tal uma das formas de o conseguir era com o ensino compulsivo e obrigatório. A posição de Lord Acton, sobre Lutero, considerava: “a defesa da religião tornou-se... não apenas o dever do poder civil, mas o objetivo da Instrução. Seu negócio era unicamente a coerção daqueles que estavam fora da igreja [Luterana]”<sup>126</sup>.

Na Prússia, que era o Estado mais totalitário da Europa, o seu suporte era a educação obrigatória, sendo que as escolas privadas foram abolidas. Este foi o primeiro país europeu a instaurar um sistema nacional de educação.

Em Espanha, a educação obrigatória serviu para combater o catalão, isto é, para manter a unidade nacional e territorial, visto que o catalão (ou inclusive a região da Catalunha) podia fragmentar a unidade territorial de Espanha, neste caso, a escola obrigatória impede que se tenham desenvolvido certas línguas.

Num país como a Inglaterra, a educação estatal entrou em oposição com a tradição individualista inglesa. A educação obrigatória na Europa, igualmente, teve o

---

<sup>124</sup> Ibid. p. 25.

<sup>125</sup> Ibid. p. 30.

<sup>126</sup> Ibid. p. 31.

apoio dos sindicatos, pois queriam instrução para toda a população, isto é, queriam mais instrução popular. John Stuart Mill reconhece que a escolaridade obrigatória poderia abolir a individualidade em prol da uniformidade do Estado, sendo o resultado da obediência ao Estado.

A escola ao ensinar a criança como um todo, é “uma tentativa de arrojá-la para o Estado todas as funções do lar<sup>127</sup>”, isto é, o objetivo é fomentar a dependência do indivíduo ou grupo face ao Estado.

A escola pública nos últimos anos (até 1973, ano em que Rothbard publica *Por uma Nova liberdade: o manifesto libertário*) foi importante para a demografia, fonte de fraternidade e inimiga do elitismo e da separação na vida americana. A escola pública significa o direito das crianças a uma educação. Com a educação pública surgem as leis sobre a frequência obrigatória, que forçam as crianças até determinada idade a frequentarem as escolas. Rothbard, cita Paul Goodman que considera que a escola obrigatória é um sistema coercitivo para a juventude dos EUA<sup>128</sup>. O autor entende as escolas públicas como formas de crimes, do consumo de drogas e da pouca ou nenhuma educação, deformando as mentes das crianças. A escola entende-se para o próprio bem das crianças. Como as classes médias e altas conseguiam que os seus filhos frequentassem a escola, tal deveria acontecer com as crianças da classe mais baixa. A educação não ocorre apenas dentro das escolas, mas ao longo da vida (a trabalhar, ler, estar com amigos são formas de educação, embora sejam formas de educação não formal). A instrução é uma pequena forma do processo educacional, especialmente para temas mais avançados e sistemáticos. Os temas mais básicos podem ser apreendidos fora da escola (claro que nem todos os temas podem ser apreendidos fora da escola, é necessário ver caso a caso). Sendo cada indivíduo único, com as suas habilidades, interesses e capacidades. Para Goodman (segundo Rothbard) seria melhor que as crianças desde cedo aprendessem um ofício e aquilo que têm mais vocação. Por exemplo, os EUA foram formados por cidadãos sem nenhuma ou pouca formação e/ou instrução formal. Para que as pessoas sejam mais produtivas (a produtividade e questões económicas do género são fundamentais em economia, na filosofia política mais importante que a produtividade será qual a melhor forma de Governo que deve existir?),

---

<sup>127</sup> Ibid. p. 62.

<sup>128</sup> Rothbard, *Por uma nova liberdade: o manifesto libertário*, ob. cit., p. 143.

dever-se-iam abolir as leis de frequência obrigatória<sup>129</sup>. Algumas das crianças são coagidas a frequentarem uma instituição, tendo pouco ou nenhum interesse ou aptidão.

O objetivo da educação obrigatória são as virtudes cívicas e a obediência ao aparato estatal (sendo incentivada para todos os cidadãos). Os pais que mandam os filhos para as escolas privadas têm o duplo fardo de pagar as escolas dos filhos e pagar os impostos (neste caso, do meu ponto de vista, a opção é sempre dos pais, podem sempre mandar os filhos para uma escola pública. Por exemplo Rothbard deu aulas na Universidade do Nevada, que é pública). Para Rothbard o sistema superior privado foi usado para financiar as universidades públicas. As escolas “gratuitas” não são de facto gratuitas (neste caso, a referência é a quem frequenta as escolas, pois as escolas em qualquer sistema económico e político têm custos), o pagador de impostos paga os serviços educacionais.

#### **2.4. O Estado e os intelectuais**

Desde a origem do Estado, os governantes sempre recorreram aos intelectuais (profissionais que se dedicam a diversas áreas de atividade, especialmente atividades onde o raciocínio lógico é utilizado, por exemplo um filósofo nessa aceção é um intelectual) de modo a sustentar o seu domínio, pois as massas não criam as suas próprias ideias, seguem as ideias dos outros. Esta aliança baseia-se:

- a) “Os intelectuais espalham entre as massas a ideia de que o Estado e os seus governantes são sábios;
- b) O Estado incorpora os intelectuais como parte da elite dominante, concebendo poder, *status*, prestígio e segurança material”<sup>130</sup>.

Nem todos os intelectuais defendem o Estado, por exemplo Rothbard faz diversas críticas ao Estado. Igualmente, há diversos intelectuais que viveram (vivem) na miséria. Os intelectuais são necessários para “planear” a economia e a sociedade. Antes da época Contemporânea, o Estado concebeu privilégios aos membros da Igreja. Em troca, a Igreja concebia que o Estado fosse considerado divino. Na época Contemporânea, os argumentos teocráticos são postos de lado (foram postos de lado,

---

<sup>129</sup> Ibid. p. 144.

<sup>130</sup> Rothbard, *Por uma nova liberdade: o manifesto libertário*, ob. cit., p. 73.

pois uma grande parte dos intelectuais não são religiosos). O Estado demonstra interesse por especialistas científicos. Para Rothbard “o papel das massas mesmo nas ‘democracias’ é de ratificar e concordar com as decisões de seus instruídos governantes”<sup>131</sup>.

Para diluir o indivíduo, o Estado estabelece uma força ideológica, onde exaltava a coletividade. O domínio do Estado parece invisível, pois qualquer alternativa ao Estado envolve a “aura do medo”<sup>132</sup>. Por exemplo: o Anarco-Capitalismo, isto é, uma sociedade de propriedade privada sem o Estado é uma alternativa ao Estado - É uma teoria política na qual a sociedade funciona sem qualquer entidade estatal e o mercado fornece bens e serviços. Os Anarco-capitalistas opõem-se ao Estado por si mesmo. O Anarco-capitalismo baseia-se no Capitalismo, enquanto sistema económico, acreditando que as entidades privadas proporcionam os serviços necessários à vida em sociedade (em oposição ao Estado). Os serviços de proteção e segurança no Anarco-capitalismo são privados e recorrem-se a agências de proteção privadas. Historicamente, o Anarco-capitalismo surgiu na Islândia Medieval nos anos de 930-1264, na qual o Governo existente não exercia nenhuma função executiva, nem direito penal, nem burocracia, o seu sistema baseado nos mercados<sup>133</sup>. Como o Estado omite que rouba e pilha (numa sociedade ou numa comunidade Anarco-Capitalista o crime não iria desaparecer por si, nem os seres humanos iriam ser bons sem a existência do Estado, numa sociedade sem Estado iriam haver crimes e os seres humanos iriam continuar a ser como são), considera que leva os súbditos a que acreditassem no caos, caso desapareça. Outra forma de controlo, para Rothbard, por parte do Estado é atacando o bem-estar privado como a ganância ou o materialismo e a riqueza excessiva (do meu ponto de vista, a perspetiva acima apresentada descarta que nem todos os Estados atacam o bem estar privado como ganância ou a riqueza excessiva, é necessário ter conhecimento na prática e teoria de diversos Estados e da sua forma de atuação para chegar á conclusão que Rothbard chegou). Relativamente ao papel dos intelectuais sobre a guerra, consideram que a guerra não é entre governantes, mas contra a população.

Os sacrifícios à população podem ser vistos como um bem-estar comum ou nacional, pois nem todos os sacrifícios à população são vistos da forma descrita, por exemplo, do meu ponto de vista, num clima de austeridade onde os salários das pessoas

---

<sup>131</sup> Ibid. p. 74.

<sup>132</sup> Ibid. p. 77.

<sup>133</sup> Hamowy, Ronald, The Encyclopedia of Libertarianism, Sage, s.l.e, 2008, p. 13.

são reduzidos por imposição governativa, não são entendidos pelas mesmas como bem-estar comum. Os sacrifícios são apenas de uma parte<sup>134</sup>, sendo que o Estado não faz sacrifícios.

Os intelectuais necessitam do Estado (no entanto, nem todos os intelectuais, podem existir intelectuais que consigam viver numa sociedade sem Estado), pois numa economia de livre mercado e seu sustento não será seguro, mas o Estado está disposto a dar ao intelectual um salário garantido. Um exemplo (da relação entre intelectuais e Estado) que Rothbard nas suas obras cita é do século XIX entre os professores da Universidade de Berlim e a Casa de Hohenzollern, onde os primeiros eram guardacostas intelectuais dos segundos<sup>135</sup>.

Ao longo da história os intelectuais criticaram o Estado. Para além disso, na história da civilização ocidental as críticas só tiveram força significativa se operaram através de um poder independente, separado do aparato do Estado. Quando o Estado controla tudo é difícil, ou mesmo impossível que surja uma crítica independente<sup>136</sup>.

Após a 1ª Grande Guerra nos EUA, o Governo norte-americano é forte (pois tem grande desenvolvimento) em todas as áreas da economia, e na sociedade possui desde empresários a grandes intelectuais (incluindo tecnocratas e estatistas). As grandes empresas usam o Governo para cartelizarem a economia, restringindo a competência, para além disso, regulavam a produção e a nível externo usavam uma política militarista e imperialista.

Os intelectuais conseguem trabalho no Governo. O objetivo (interesse) dos grupos de intelectuais é o “interesse nacional”, sendo uma forma intermédia entre o *laissez-faire* e o marxismo proletariado. A 1ª Guerra Mundial “trouxe a consumação de todas estas tendências progressivas”<sup>137</sup>.

Um intelectual não é apenas um teórico e académico, mas um fazedor de opinião (ou como Hayek chama “vendedores de ideias de 2ª mão”<sup>138</sup> – que do meu ponto de vista é uma forma satírica de se referir a um intelectual).

---

<sup>134</sup> Ibid. p. 77.

<sup>135</sup> Ibid. p. 80.

<sup>136</sup> Ibid. p. 82.

<sup>137</sup> Rothbard, Murray Newton, *World War I as Fulfillment: Power and the Intellectuals*, 9 de junho de 2007, Disponível em <http://mises.org/daily/2543>, Acesso em 11 de março de 2014.

<sup>138</sup> Rothbard, Murray Newton, *World War I as Fulfillment: Power and the Intellectuals*, *ob. cit.*

## 2.5. A estatística e a burocracia estatais

A estatística é vital para o Governo, privando-o das estatistas e fazendo com que seja um gigante cego sem ideia de onde pode ir. As empresas usam as estatísticas em menor grau que o Governo. O conhecimento empresarial é coletivo. Richard Ely dizia que o objetivo de recolher dados serve “para moldar as forças em funcionamento na sociedade e melhorar as condições existentes”<sup>139</sup>.

O avanço da ciência e da estatística resultou na crença sobre as possibilidades de ocupar os problemas sociais relativamente à ação coletiva. A estatística são os olhos do estadista. Sem estes meios de visão, o estatista não é capaz de intervir, controlar e planificar (por exemplo: para combater o desemprego são necessárias as estatísticas). As estatistas sociais não são apenas o apoio, mas a base da planificação. Por parte dos intelectuais, bem como de grandes empresários era a substituição de decisões democráticas por decisões administrativas e tecnocratas, o poder do Estado continuava em florescimento, mesmo sem controlo. Os grandes empresários diziam que as decisões do Governo deveriam estar nas mãos de tecnocratas (especialistas neutros), havendo uma separação entre o Governo e a política. A estatística como empírica, com precisão qualitativa e neutralidade política “estava à frente dessa ênfase”<sup>140</sup>. Durante a 1ª Guerra Mundial havia uma aliança entre grandes empresários e intelectuais (é necessário conhecer caso a caso para saber se existe uma aliança entre os empresários e os intelectuais. Uma aliança do género, a existir refere-se ao interesse mútuo de um grupo para outro, por exemplo os intelectuais defendem os grandes empresários e os empresários apoiam os intelectuais com a publicação de livros), sendo que os primeiros estavam dispostos a patrocinar institutos nacionais e *think tank* de investigação estatística. No início do século XX, surgem diversos centros de pesquisa relacionados com a estatística, como por exemplo, em 1914 a Universidade de Harvard criou um instituto de estatística, recolhendo dados estatísticos.

A planificação apenas é conseguida através das estatísticas e economistas, “uma planificação social requer uma compreensão precisa dos processos sociais e isso só pode proporcionar a investigação da ciência social”<sup>141</sup>.

---

<sup>139</sup> Rothbard, Murray Newton, *World War I as Fulfillment: Power and the Intellectuals*, ob. cit.

<sup>140</sup> Rothbard, Murray Newton, *World War I as Fulfillment: Power and the Intellectuals*, ob. cit.

<sup>141</sup> Rothbard, Murray Newton, *World War I as Fulfillment: Power and the Intellectuals*, ob. cit.

Vivemos numa era da estatística e os dados das mesmas são órgãos fornecidos pelo Governo (é possível existirem instituições privadas que se dedicam às estatísticas). A maioria das estatísticas é coletada e disseminada pelo Governo. No livre mercado, o papel do Governo é limitado, bem como o papel das estatísticas. Os custos fixos afetam mais as pequenas empresas, que derivam das formalidades da burocracia. Para fornecer as estatísticas do Governo, as empresas dispensam capital humano, tempo e dinheiro. As estatísticas geram uma coleta compulsória que afetam o mercado. “A burocracia enrijece todo o sistema económico e protege os grandes contra eventuais investidas dos pequenos”<sup>142</sup>. As estatísticas vão para lá das funções do Governo de defender o indivíduo e a propriedade privada. As estatísticas são usadas pelo Governo para a intervenção na economia e todo o cunho estatal do Governo. É através das estatísticas que o Governo sabe os dados da economia, ou seja, é através da estatística que o Governo sabe quem necessita de algo ao longo de toda a economia. As empresas privadas, com as estatísticas, podem saber qual a melhor forma para fazer inversões.

As estatísticas servem para que o Governo faça o planeamento central, que regula e controle, impondo o planeamento central e o Socialismo. A estatística são os olhos e os ouvidos do intervencionismo. Acabar com as estatísticas resultaria na destruição do planeamento central, que para Rothbard tem o cunho Socialista (a socialização económica quer dizer meios de produção públicos, no entanto para Rothbard, qualquer forma de estatismo equivale a uma forma de Socialismo).

O Governo não precisa de se preocupar com nada, senão com ele próprio. Consiste numa organização burocrática profissional baseada num corpo de funcionários, numa hierarquia piramidal, sendo baseada na especialização das tarefas e divisão do trabalho dos indivíduos; os funcionários não são eleitos, no entanto não se podem apropriar dos escritórios onde trabalham. Na burocracia destaca-se a rigidez, a patologia organizacional e o formalismo excessivo ou inclusive a corrupção<sup>143</sup>. A burocracia (mesmo que exercida por uma empresa privada) anda de mãos dadas com o Governo. As agências burocratas recebem fundos do orçamento governamental, sendo que o Governo aloca (coloca) dinheiro para a burocracia. Através da burocracia não há mecanismos de lucros e prejuízos. O principal grupo beneficiado pela burocracia são os

---

<sup>142</sup> Rothbard, Murray Newton, *A estatística, o ponto fraco do governo*, 5 de junho de 2013, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1615>, Acesso em 20 de março de 2014.

<sup>143</sup> Hamowy, Ronald, *The Encyclopedia of Libertarianism*, Sage, s.l.e, 2008, p. 42.

burocratas (pode acontecer o inverso numa sociedade onde existam diversas privatizações e a burocracia seja elevada de modo a que consigam os lucros necessários), geralmente acontece a empresas que atuam em monopólio.

**Capítulo III**  
**Crítica Económica ao Estado**

### 3.1. Crítica à intervenção do Estado

De modo geral, Rothbard considera o livre mercado como um “arranjo social de trocas voluntárias e serviços”<sup>144</sup>. No entanto, esta definição descarta a propriedade que é trocada, pois uma sociedade livre equivale a uma sociedade onde ninguém agride uma pessoa ou propriedade do outro, sendo que cada um tem o direito absoluto ao seu título de propriedade e dos seus recursos, podendo fazer trocas ou trocar o que quiser. Não se pode analisar a estrutura do livre mercado sem uma teoria da propriedade, e da justiça inerente à propriedade. Uma sociedade equivale a que não haja uso da força física, esta apenas é usada para defender a propriedade da violência de outro. Relativamente à defesa no livre mercado, esta difere do Estado: não há monopólio da proteção judicial e as suas receitas são alcançadas de modo livre e não coercitivamente. No âmbito do pensamento Rothbardiano os economistas que não acreditam nos serviços de defesa do livre mercado permitem a coerção estatal, caindo na contradição, pois apoiam a invasão da propriedade por parte do Governo.

Um interventor ou um invasor é quem intervém de forma violenta nas relações voluntárias, dividindo-se em três categorias de intervenção:

- a) Restringir o uso da propriedade do indivíduo;
- b) O invasor pode forçar uma troca ou oferecer um “presente” coercitivo;
- c) O invasor proíbe ou compele trocas entre dois indivíduos<sup>145</sup>.

Considera-se o mercado<sup>146</sup> uma série de trocas entre indivíduos (embora o mercado seja complexo). No entanto, o serviço militar e o imposto de renda não são tidos como intervenções no mercado, são tidas como uma coerção exercida pelo Estado<sup>147</sup>.

É a intervenção estatal quem cria as classes e as castas, sendo que as castas entram em conflito, umas contra as outras, pois são instruídas para dominar as outras castas (é importante ter em atenção que a perspectiva de Rothbard me parece débil: 1)

---

<sup>144</sup> Rothbard, Murray Newton, *Governo e mercado: a economia da intervenção estatal*, Tradução Márcia Xavier de Brito e Alessandra Lass, Revisão final Fernando Fiori Chiocca, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2012, p. 21.

<sup>145</sup> Rothbard, *Governo e mercado: a economia da intervenção estatal*, ob. cit., p. 32.

<sup>146</sup> Sobre o mercado e a sua definição ver na obra *El hombre, la economía y el estado – volume II*, pp. 123 e ss. Na secção 6 com o título: “Un resumen acerca del mercado”.

<sup>147</sup> É necessário ter em atenção que a crítica de Rothbard ao serviço militar, que está presente na obra “Por uma nova liberdade: o manifesto libertário”, obrigatório é uma forma de imposição do governo na vida das pessoas.

nem sempre a intervenção estatal na economia cria as classes e as castas; 2) mesmo que crie classes e castas não implica necessariamente que são instruídas a dominarem umas às outras).

A intervenção do Estado baseia-se nos impostos, pois se não existisse intervenção iriam ser cobrados impostos. É necessário distinguir o livre mercado que é harmonia e o benefício mútuo, da intervenção estatal (ou do Estado) que é conflito de castas, coerção e exploração (Rothbard quando fala do livre mercado não diz que não há conflitos entre os consumidores – o livre mercado para Rothbard tende a beneficiar todos os consumidores, mas, do meu ponto de vista, o Estado apenas beneficia uma parte dos cidadãos e não, necessariamente, todos).

Define-se intervenção triangular, quando o interventor obriga ou proíbe as pessoas de realizarem trocas, por exemplo, podendo proibir a venda de um produto ou proibindo a venda de um produto com um preço abaixo ou acima do preço de mercado. Este género de intervenção deriva de dois aspetos: controlo do preço e controlo do produto<sup>148</sup>. Define-se controlo do preço como ineficaz se a regulamentação não tiver influência no atual preço de mercado, tornando-se eficaz quando pode alterar o preço (mesmo que esse preço alterado seja mais vantajoso para os consumidores, por exemplo em vez de pagar 1 euro por batatas fritas, a pessoa X paga 0.50 cêntimos, devido ao controlo do preço) para algo diferente do que seria no livre mercado. Pode existir escassez de um produto derivado do controlo dos preços, algumas pessoas viverão através do mercado negro ou ilegal (claro que nesse género de mercado negro ou ilegal não se irão pagar impostos). O controlo do preço máximo e mínimo aplica-se a bens de consumo e capital, serviços de trabalho e terra. As leis de usura<sup>149</sup> são outra forma de improvisar um controlo de preço do mercado. Se essas taxas de juros passarem a ser ilegais “nesse momento deixam de poupar” e “a quantidade de poupança e investimento na economia declina”<sup>150</sup>.

Outra interferência é na troca, isto é, quando o Governo proíbe que se realize uma produção ou venda de certo produto (por exemplo: pode-se proibir que se vendam determinados estupefacientes). Neste caso quem perde são os produtores e os consumidores. Apenas beneficiam os burocratas do Governo, através dos impostos

---

<sup>148</sup> Rothbard, *Governo e mercado: a economia da intervenção estatal*, ob. cit., p. 47.

<sup>149</sup> “Que estipulam uma máxima legal para as taxas de juro, sendo proibida qualquer transação de empréstimo em uma taxa mais elevada”, Rothbard, *Governo e mercado: a economia da intervenção estatal*, ob. cit., p. 54.

<sup>150</sup> *Ibid.* p. 54.

arrecadados. Com a proibição de certos produtos, estes passam a ser vendidos no mercado negro, que é ilegal.

Outra alternativa do Governo é, em vez de proibir toda a produção, dá privilégios especiais a uma empresa monopolista (se forem várias empresas ou pessoas denomina-se oligopolista ou quase monopolista). O monopólio impede que haja concorrentes, igualmente é prejudicial para os clientes que não possam adquirir os produtos que desejam.

Na economia de livre mercado, as pessoas produzem os bens que os consumidores procuram, sendo a definição de soberania do consumidor. A opção do consumidor é permanentemente voluntária. Rothbard, em vez de usar o termo soberania do consumidor, usa a expressão “soberania individual”, que se refere à pessoa e aos seus bens. O produtor tem que satisfazer a procura individual, mas neste caso, tudo depende da vontade individual, tendo feito uma escolha. A expressão soberania do consumidor refere-se a um exemplo típico de abuso. O termo soberania refere-se a um conceito político. Soberania é um termo político que é apoiado pela violência exercida pelo Estado. Na sociedade livre, cada pessoa é soberana de si mesma e sobre os seus bens.

Os preços podem ser estabelecidos de duas formas: pelo livre mercado, variando com a oferta e a procura e pelo caminho da intervenção violenta no mercado. Este último caso, refere-se à exploração do homem pelo homem, pois a exploração baseia-se na coerção de um sujeito para outro. Se ao contrário da intervenção violenta no mercado, se adotar a posição do beneficiário mútuo, o critério de justiça está baseado no preço de livre mercado. No livre mercado os produtores e consumidores regem os seus atos em cooperação voluntária.

O cartel é levado a cabo para conseguir uma vantagem da curva da procura inelástica, tendo por fim elevar o preço e obter um maior benefício para todo o grupo. Numa produção de café, um cartel pode queimar uma parte da produção, mas isso faz com que a empresa (que tem o cartel) tenha perdas monetárias.

O conceito de restringir a produção é falacioso, quando é aplicado ao livre mercado. No mundo real, os bens são escassos e deve-se escolher o que melhor satisfaça as escalas de valores, ou seja, a produção é sempre restringida e esta restrição é consequência da escassez dos bens no mercado. O cartel que não restringiu a produção, faz com que, conseqüentemente os preços aumentam.

Os anti cartelistas consideram que alguém está a produzir demasiado e os seus critérios são estabelecidos de modo arbitrário. Por exemplo, se num determinado local se produzem 100 toneladas de café, e o grupo de produtores decide queimar 40 toneladas, isso irá fazer com que preço de café duplique, e os consumidores podem fazer um boicote ao café.

Pergunta Rothbard, qual é a função essencial do cartel? Respondendo que certos produtores individuais decidem juntar-se numa organização comum e uma organização central toma as decisões. As regras estabelecidas pela política empresarial são tomadas de início, aquando da formação da empresa (monopólio). Não existindo uma diferença entre um cartel e uma sociedade comum de capitais ou de pessoas. Um cartel são todas as empresas do mesmo género (por exemplo pode existir um cartel de produtores de Vinho Alvarinho). Uma determinada empresa pode ser monopolística na venda de um produto qualquer.

Basta que todas as empresas se fundam, para que haja um cartel. Se várias empresas se juntam e fazem um cartel, isso quer dizer que se restringe a liberdade de escolha do consumidor.

Um cartel quando é de grandes dimensões equivale à dificuldade em que se possa calcular economicamente o mercado. O Socialismo equivale a um cartel grande, criado e controlado pelo monopólio do Estado. Um cartel enorme não é conseguido de modo voluntário.

O melhor preço será o preço do livre mercado, quer seja conseguido por uma empresa ou por um cartel.

Monopólio quer dizer, um privilégio, na qual o Estado outorga a favor de um indivíduo ou de um grupo. Monopólio natural ou serviço público é definido onde a competência é impraticável, por exemplo, a água numa cidade, apenas do ponto de vista técnico se e só poder existir uma empresa de fornecimento da água. Uma indústria de serviços públicos não é diferente de outra qualquer indústria, pois o método de clarificar cada indústria é arbitrário. Existem diversos géneros de conceções monopolistas:

- a) Cartéis (é para Rothbard um género de conceção monopolista) impostos pelo Governo onde uma indústria é forçada a participar, ou seja, “são a ação forçada de todos os produtores de uma indústria numa única organização, ou simulação de organização”<sup>151</sup>;

---

<sup>151</sup> Ibid. p. 63.

- b) Cartéis virtuais impostos pelo Governo, com as cotas de produção impostas;
- c) Licenças que obriguem a que se cumpram as leis estabelecidas<sup>152</sup> (licenças fazem a restrição da oferta de trabalho e de empresas nas ocupações licenciadas<sup>153</sup>);
- d) Padrões de “qualidade” onde o Governo determinada a qualidade, no entanto a qualidade é um termo flexível e relativo<sup>154</sup>, a qualidade depois de ser fixada deixa de ser relativa;
- e) Tarifas e outras medidas para quem não está no território geográfico; as tarifas impedem a concorrência geográfica em vários produtos, igualmente prejudicam os consumidores que não podem comprar um produto mais eficiente<sup>155</sup>;
- f) Restrições da imigração não são apenas um problema laboral (esta crítica assenta em restrições à imigração impostas arbitrariamente pelo Governo), impedindo a competição de trabalhadores que se entende que “são uma tentativa de granjear um padrão de salários restricionistas para os habitantes de uma região”<sup>156</sup>;
- g) Leis de trabalho infantil que proibem a competição abaixo de uma determinada idade<sup>157</sup>;
- h) Leis de salário mínimo, numa sociedade libertária deve existir necessariamente liberdade do trabalhador ganhar o que ache justo, isto é, ganhar de acordo com as suas funções e o valor do mercado para o determinado trabalho, e não ter um salário mínimo que seja determinado pelo Governo<sup>158</sup>;
- i) Limite de horas de trabalho;
- j) Sindicatos obrigatórios;
- k) Serviço militar obrigatório retira a competição da força de trabalho do mercado, os preços pagos pelo Governo a quem presta o serviço militar obrigatório são menores que os preços de mercado<sup>159</sup>;

---

<sup>152</sup> Ibid. p. 61.

<sup>153</sup> Ibid. p. 63.

<sup>154</sup> Ibid. p. 64.

<sup>155</sup> Ibid. p. 68.

<sup>156</sup> Ibid. p. 73, Sobre a imigração ver Huerta de Soto, Jesús, *Nuevos Estudios de Economía Política*, 2ª edição, Unión Editorial, Madrid, 2007, capítulo “Teoría liberal sobre la inmigración”.

<sup>157</sup> Ibid. p. 76.

<sup>158</sup> Ibid. p. 78.

<sup>159</sup> Ibid. p. 80.

- l) Qualquer penalidade governamental, por exemplo: lei anti trust – que são nocivas para o mercado: “a única definição de monopólio é um concessão de privilégios pelo Governo”<sup>160</sup>; é realizada um assédio contínuo e arbitrário às empresas eficientes<sup>161</sup>;
- m) Patentes são “uma concessão de um privilégio monopolista por parte do Governo aos primeiros descobridores de certos tipos de investigação”, pois quem defende as patentes considera que são direitos de propriedade sobre as “ideias”<sup>162</sup>.

O Governo obtém receitas de duas maneiras: através da tributação e pela inflação, considera-se a tributação uma ameaça coercitiva do Governo que extrai dinheiro à população, e a inflação é uma forma fraudulenta da criação de dinheiro do nada. Quer o Governo, quer um grupo de criminosos usam a força física (o Governo usa métodos legais) para conseguir os seus objetivos<sup>163</sup>.

A tributação possui um efeito duplo:

- a) Os consumidores não podem satisfazer as suas vontades da forma que quiserem, porque os seus recursos são extraídos para outros fins (dar a quem mais precisa – a crítica à tributação, nesta secção, é apenas económica e não ética);
- b) “Pela primeira vez rompe a distribuição da produção”, na qual a produção não é conseguida no sentido pleno, porque uma parte dos ganhos da produção são para pagar impostos, remetendo-nos para o problema da distribuição<sup>164</sup>.

Para Thomas Nagel e Liam Murphy a tributação tem duas funções: determina qual a proporção de recursos que a sociedade vai gastar de modo a favorecer a decisão coletiva, mas a proporção será deixada, na quantidade pessoal sob o arbítrio de indivíduos particulares, neste caso trata-se da repartição entre público e privado; determina o modo como o produto nacional é dividido entre os diversos indivíduos, aí reside a redistribuição.

Na retórica governativa o *big government* tende a uma redistribuição igualitária. Para os autores há quem seja a favor de uma política igualitária, por exemplo com transferências de dinheiro e subsídios. Uma parte do dinheiro usado pelo Governo serve para gastos militares, desporto, controlo ambiental, entretenimento, cultura, etc.

---

<sup>160</sup> Ibid. p. 80.

<sup>161</sup> Ibid. p. 81.

<sup>162</sup> Ibid. p. 93.

<sup>163</sup> Ibid. p. 105.

<sup>164</sup> Ibid. p. 108.

É necessário distinguir a distribuição da repartição, “não podemos avaliar as diversas respostas à questão da repartição se não tivermos antes uma resposta à questão da distribuição, pois não podemos comprar o valor do uso público ou privado dos recursos se não soubermos como o controle privado desses recursos, se eles forem postos para o uso público, será distribuído entre os indivíduos”<sup>165</sup>. Nagel e Murphy notam que a eficiência dos recursos públicos não será utilizada se os privados derem melhores frutos, e vice-versa. No entanto, por muito reduzido que seja o gasto público, este será realizado para manter o sistema jurídico e o fornecimento de segurança, no entanto, na prática é muito mais que isso.

As inter-relações entre o público e o privado derivam:

- a) “Se pudéssemos supor uma distribuição justa como ponto de partida poderíamos ajustar o grau e o tipo das ações públicas não distributivas (...) de tal modo que as pessoas recebessem o equivalente do valor pago em dinheiro”<sup>166</sup> deixando os encargos públicos o que não pudesse ser realizado de modo privado;
- b) É impossível obter justiça distributiva se não se gastarem dinheiros públicos;
- c) “Todos os impostos arrecadados para financiar a ação pública a partir do pressuposto de uma distribuição justa terá efeitos secundários (os chamados efeitos de distorção) sobre a produção e a distribuição, por isso talvez tornem falso o pressuposto e provoquem a necessidade de fazer ajustes compensatórios”<sup>167</sup>.

Para qualquer produto social entre os indivíduos são necessários gastos públicos, de modo a manter a ordem jurídica e económica. “Para os fins que agora temos em vista, não o concebemos na sua forma libertária rigorosa, que proibiria a tributação compulsória, ma antes como uma base distributiva para o financiamento dos bens públicos”<sup>168</sup>. A justiça social, para Nagel e Murphy exige um mínimo social ou igualdade de oportunidades, ou algum princípio de maior igualdade, no entanto os recursos são desiguais.

---

<sup>165</sup> Nagel, Thomas e Murphy, Liam, *O Mito da Propriedade: os impostos e a justiça*, Tradução Marcelo Brandão Cipolla, Martins Fontes, São Paulo, 2005, p. 102

<sup>166</sup> Nagel, Thomas e Murphy, Liam, *O Mito da Propriedade: os impostos e a justiça*, op. cit., p. 104

<sup>167</sup> Nagel, Thomas e Murphy, Liam, *O Mito da Propriedade: os impostos e a justiça*, op. cit., p. 104

<sup>168</sup> Nagel, Thomas e Murphy, Liam, *O Mito da Propriedade: os impostos e a justiça*, op. cit., p. 106

Existem uma série de pensamentos que abarcam a justiça distributiva contemporânea que se baseiam nas leis do mercado, como o caso do pensamento de Rothbard, no entanto, para Julien Lamont refere o pensamento de Nozick. Para Nozick, como para Rothbard a influência da teoria da propriedade deriva de John Locke, na qual se mistura a propriedade de uma pessoa com o seu trabalho. No entanto, como refere Will Kymlicka (que Julien Lamont cita):

1. As pessoas possuem o seu corpo.
2. Inicialmente o mundo não possui dono.
3. Qualquer pessoa pode adquirir direitos absolutos sobre uma parcela desproporcional do mundo, desde que não se piore a situação do outro.
4. É relativamente fácil, sem piorar a condição dos outros, para adquirir direitos absolutos sobre uma parcela desproporcional do mundo. Por isso:
5. Uma vez que a propriedade privada tenha sido apropriada, um mercado livre de capital e trabalho é moralmente necessário<sup>169</sup>.

O argumento mostra que no final o trabalho requer a moralidade (este argumento do meu ponto de vista não se separa do pensamento de Rothbard: embora este não mencione argumentos do mesmo género – exceptuando na referência que faz a Locke na relação entre o trabalho e a apropriação original).

Libertários, como o caso de Nozick, consideram que a teoria da propriedade apenas será defendida por um Governo (ou Estado Mínimo) que restringe e evita que os direitos de propriedade sejam violados (Nozick chega à conclusão que o Estado Mínimo é a melhor forma de defesa da propriedade, em oposição ao Anarco-capitalismo defendido por Rothbard). A argumentação de Nozick considera que as pessoas possuem-se a si mesmas<sup>170</sup> e aos seus talentos naturais e é possível que exista um mercado livre onde se pode comprar e vender. No entanto, a crítica que Nozick faz à distribuição refere-se ao exemplo de um jogador de basquetebol que necessita de jogar horas extras para poder pagar os impostos, sendo que neste caso a justiça distributiva entra em oposição com a liberdade.

---

<sup>169</sup> Lamont, Julien, *Distributive Justice*, Janeiro de 2013, Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/justice-distributive/>, Acesso em 20 de junho de 2014.

<sup>170</sup> Lamont, Julien, *Distributive Justice*, Janeiro de 2013, Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/justice-distributive/>, Acesso em 20 de junho de 2014.

Os gastos do Governo dividem-se em duas formas: transferências e uso dos recursos. Sendo que de forma geral ambas as categorias são transferências de recursos, e ambos subsidiam a oferta de serviços do Governo<sup>171</sup>. Os gastos do Governo são transferências coercitivas de recursos privados para os funcionários do Governo. Os gastos que se transferem são subsídios que o Governo retira de *A* para dar a *B*. O Governo dá o dinheiro a *B*, para que este gaste como quiser. O pagamento que recebe o burocrata constitui um pagamento de uma transferência, neste caso o dinheiro é transferido dos produtores para os não produtores.

No setor privado, a quantidade de dinheiro mede-se pelo que se gasta voluntariamente a comprar produtos, enquanto que os gastos do Governo medem-se pelo que este gasta. Não se sabe que quantidade de dinheiro o Governo receberia se os pagamentos fossem voluntários ou mesmo se existisse um Governo central em cada área geográfica.

Rothbard considera que o aporte produtivo se refere a um valor de zero, pois todas as atividades governamentais derivam da tributação de impostos. “ (...) A produtividade governamental não é simplesmente zero, é negativa, por que impõe à sociedade uma perda de produtividade”<sup>172</sup>. O termo capital não é corretamente aplicado às ações governamentais, sendo que o capital possuiu um *status* que os bens produtivos no caminho ao seu consumo final. Sobre os gastos públicos, para Nagel e Murphy é necessário situar os gastos públicos para financiar as contribuições desiguais dos indivíduos, tendo por objetivo igualar cada pessoa. Os bens públicos, como Nagel e Murphy referem são: defesa externa, segurança interna, o sistema jurídico, a proteção ambiental e a saúde pública, e consideram que existem diversos bens que não podem ser fornecidos por entidades privadas como o caso da cultura ou bens sociais ou estéticos.

Os subsídios e os pagamentos de transferência distorcem o mercado, pois penalizam os eficientes em prol dos ineficientes. Os subsídios prolongam a existência de empresas ineficientes, impedindo a flexibilidade no mercado de trabalho de modo a que satisfaçam o consumidor. Do mesmo modo, os subsídios fazem com que um grupo de pessoas se beneficie às custas dos outros. Há um subsídio à pobreza, e quem o recebe o irá continuar a ser pobre, neste caso os pobres irão continuar a sê-lo.

---

<sup>171</sup> Ibid. p. 187.

<sup>172</sup> Rothbard, Murray Newton, *El hombre, la economía y el Estado; Tratado sobre principios de economía*, Volume II, Tradução Norberto R. Sedaca, Unión Editorial, Madrid, 2013, p. 458.

O Governo, por vezes, vende os seus produtos a preço de mercado. No entanto, é falacioso que o Governo possa atuar como uma empresa privada, pois uma parte dos seus ingressos deriva da coerção da tributação. Uma empresa privada consegue fundos de investidores estrangeiros. O Governo não pode atuar como uma empresa privada, pois os políticos não arriscam o seu dinheiro, mas arriscam o dinheiro que deriva dos impostos.

### **3.2. Dinheiro e Estado**

A moeda serve em geral como um meio de troca. Todas as mercadorias têm um preço estabelecido. “A mercadoria dinheiro, no entanto, só pode ter expressão mediante o conjunto de todas as demais mercadorias, isto é, todos os bens e serviços que podem comprar-se com dinheiro no mercado”<sup>173</sup>.

O dinheiro é uma mercadoria que penetra em todo do mercado, estando sempre baseado na oferta e na procura. Relativamente a esta mercadoria, Rothbard considera que: “quanto mais alto for o valor de troca do dinheiro, menor será a quantidade de dinheiro procurado; quanto mais baixo for o valor de troca do dinheiro, maior será a quantidade da procura por este”<sup>174</sup>.

Entende-se por dinheiro como o saldo efetivo, a sua utilidade e a sua procura. Para além disso, Rothbard considera que quanto mais dinheiro se gaste hoje em dia, menos se tem no futuro. Quanto mais dinheiro se gastar, mais a procura de dinheiro diminui. A procura do dinheiro aumenta consoante o entesouramento, sendo o resultado do aumento do poder aquisitivo. Quando o Governo intervém no dinheiro, intervém no livre mercado. Historicamente o dinheiro foi um dos primeiros instrumentos a ser usurpado e controlado pelo Governo.

Numa economia sem o dinheiro, entendido como um meio de troca, seria impossível adquirir um produto. É impossível uma economia civilizada apenas com as trocas diretas.

Relativamente aos bens, se estes forem mais comercializáveis que outros, terão uma maior procura. Numa sociedade, os meios mais comercializados são usados como meios de troca. Ao fim de um processo contínuo, onde ficam apenas dois meios de troca, neste caso, as mercadorias são chamadas dinheiro. No livre mercado, ao longo da

---

<sup>173</sup> Ibid. p. 266.

<sup>174</sup> Ibid. P. 268.

história escolheu-se ouro e prata, como há mais prata que ouro, esta é utilizada para transações de menor valor, o ouro é para transações de maior valor (esta é a única forma de surgir o dinheiro para Rothbard, no livre mercado). O Governo é incompetente para criar dinheiro do nada, isto é, o dinheiro surge no livre mercado e este quando o cria sem qualquer regra está a falsificar o valor do dinheiro.

O preço do dinheiro é um conjunto de trocas alternativas, correspondendo ao poder de compra da unidade monetária. O preço do dinheiro varia com as leis da oferta e da procura. A procura de dinheiro corresponde aos vários bens que são fornecidos em troca de dinheiro. Se um mágico duplicar o valor do dinheiro no bolso de uma pessoa, esta não ficará duas vezes mais rica, sendo para Rothbard a riqueza é a abundância de bens<sup>175</sup>.

O dinheiro não é apenas útil no momento em que ocorre uma troca, sendo que não circula, apenas se transfere de *A* para *B*.

Numa economia de mercado, o dinheiro deveria ser estável, sendo que o valor e o poder de compra devem ser constantes. O preço do dinheiro não é diferente do preço de qualquer preço de outro “produto” no mercado<sup>176</sup>. Alterar artificialmente o dinheiro iria distorcer as atividades do mercado.

Relativamente ao armazenamento do ouro, este deve ser armazenado em algum local, logo, surgirão empresas especializadas para se armazenar ouro. O lucro dessas empresas será conseguido através dos serviços de armazenagem. Para evitar que se transporte ouro utilizam-se títulos de papel. Os bancos raramente mantêm 100% das reservas dos seus clientes, usam algum do dinheiro para seu benefício próprio.

Exemplos de inflação (“é um termo que pode ser definido como qualquer aumento na oferta monetária que não consista de um aumento no stock de metal utilizado como dinheiro”<sup>177</sup>): emissão de recibos falsos, bem como falsificação da moeda. Fabricar dinheiro do nada é para Rothbard resultado da inflação.

Os Governos ao contrário de outras organizações, não obtém todo o seu lucro através da oferta de serviços (existem certos serviços que o Governo presta: estradas,

---

<sup>175</sup> Ibid. p. 28.

<sup>176</sup> Ibid. p. 33.

<sup>177</sup> Ibid. p. 40.

hospitais, segurança, ensino). Numa economia de trocas, os funcionários do Governo expropriam recursos confiscados pelos bens físicos. O confisco é chamado de tributação, a tributação é impopular. O Governo encontra maneiras de criar dinheiro do nada, originando a falsificação. Falsificação é outro nome dado à inflação (ambas criam novo dinheiro). A inflação não gera nenhum benefício social, ao contrário, faz com que haja redistribuição da riqueza para aqueles que obtiveram o seu dinheiro recém-criado, tudo à custa dos que receberam por último<sup>178</sup>. A inflação destrói o cálculo empresarial (“O traço característico do cálculo econômico é não ser ele baseado em algo que possa ser considerado como uma medição. Uma medição consiste em estabelecer a relação numérica de um objeto em relação a outro objeto, que se toma como unidade de medida”<sup>179</sup>), por exemplo os ganhos de capital com a inflação não são ganhos reais. A inflação é penalizadora do livre mercado, isto é, suspende o processo de penalização das empresas eficientes e recompensa as ineficientes. Com a inflação, o dinheiro desvaloriza-se “a oferta monetária dispara, a procura por dinheiro despenca e os preços sobem astronomicamente”<sup>180</sup>. Alguns exemplos históricos de hiperinflação: durante a Revolução Francesa, a crise alemã de 1923 com o marco e na China após a 2ª Guerra Mundial.

Os Governos invadem o mercado e definem os preços, igualmente manipulam a moeda. O ouro como é sobrevalorizado desaparece e apenas existe no mercado negro. Os Governos adotam geralmente um metal: que é o ouro. Neste caso o padrão ouro foi escolhido pelo Governo (e não foi escolhido pelo livre-mercado, como considera Rothbard).

Referente ao controle governamental do dinheiro, Rothbard considera que este se tornou absoluto “e suas medidas de adulteração e depreciação só se tornaram inconstantes quando, nos últimos séculos, começaram a surgir os substitutos monetários”<sup>181</sup>.

Entende-se a inflação como um imposto, pois o Governo cria dinheiro do nada, usa-o para retirar os recursos dos indivíduos privados. Por exemplo para instalar a

---

<sup>178</sup> Ibid. p. 48.

<sup>179</sup> Mises, Ludwig von, *Ação Humana: Um Tratado de Economia*, 3.1ª edição, Tradução, Donald Stewart Jr., Revisão Tatiana Gabbi, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2010, p. 261.

<sup>180</sup> Ibid. p. 51.

<sup>181</sup> Ibid. p. 58.

inflação, os EUA criaram a Reserva Federal. Para acabar com a inflação, a melhor forma é criminalizar o sistema bancário de reserva fracionária, impondo uma reserva 100% de ouro.

### **3.3. Uma crítica ao banco central**

Os limites de qualquer banco para inflacionar um sistema bancário de livre concorrência variam consoante:

- 1) A amplitude da clientela de cada banco;
- 2) A amplitude de todo o sistema bancário;
- 3) A confiança dos clientes em seus respectivos bancos<sup>182</sup>.

Bancos centrais começam como instituições privadas, seguidamente são constituídos por uma propriedade baseada no conjunto de bancos privados, sendo dirigido por funcionários nomeados pelo Governo (a perspectiva apresentada deriva do pensamento de Rothbard, não quer dizer que se aplique hoje em dia). Um Governo concede ao banco central o monopólio da emissão de cédulas monetárias. Rothbard nota que nunca nenhum banco central faliu, pois não deixam que ele quebre. Como um banco central tem o poder de emitir moeda e sair impune a qualquer responsabilidade, se as suas credenciais fossem questionadas. O banco central é visto como um grande banco nacional que realiza serviço público, que deve ser protegido da falência por ser um braço vital do Governo, mas também tem a função de evitar a falência dos bancos privados. Um banco central é o braço vital do Governo na medida em que tem um papel de regulador do sistema bancário/financeiro. Nenhum banco privado pode expandir ao nível que quer, depende sempre do banco central para se poder expandir. O banco central compra títulos de dívida ao Governo, o Governo garante que há mercado para os seus títulos. Igualmente pode criar novas reservas bancárias (que são depósitos de um banco privado no banco central), emprestando dinheiro aos restantes bancos.

Com o Governo, tudo é planeado, nada é fortuito (a premissa usada “tudo é planeado, nada é fortuito” deve ser apenas aplicada a Governos na qual a sua economia é puramente planificada, depois da queda do muro de Berlim e consequentemente do Comunismo a, economia planeada no sentido estrito da palavra deixa de se utilizar na prática – existem certos países com economias planificadas). Os Governos

---

<sup>182</sup> Ibid. p. 59.

interromperam o livre mercado até terem o controlo do sistema bancário. A interferência do Governo no sistema bancário, para Rothbard, cria uma tirania nunca vista, gerando o caos, em vez da ordem (do livre mercado), fragmentando o sistema, resultando em controlos, e taxas de câmbio artificiais (do meu ponto de vista, um dos problemas que se podem ver com as taxas de cambio refere-se aos juros que o Banco Central Europeu determina). “Em suma, descobrimos que a coerção tanto no âmbito monetário quanto em outras áreas, produz não a ordem, mas sim o conflito e o caos”<sup>183</sup>.

O banco central (a Reserva Federal: o banco central dos EUA) não presta contas a ninguém, não tem orçamento, nem o Congresso (dos EUA) pode fazer uma auditoria ou supervisionar. Após a vitória de Bill Clinton, o presidente da Comissão Bancária do Parlamento (Henry B. González) decidiu abrir o banco central ao público, implicando auditorias independentes, na qual gravava vídeos de reuniões da tomada de decisões e a divulgação detalhada do banco numa semana<sup>184</sup>.

Os presidentes dos bancos centrais seriam eleitos pelo presidente dos EUA, e não pelos bancos comerciais das respeitadas regiões. A proposta foi recusada pelo presidente (Bill Clinton), na qual, este considerava que essas medidas correm o risco de diminuir a confiança do mercado no banco central. O sistema monetário e o sistema do banco central devem ser independentes (existe uma estreita relação entre o sistema monetário e o banco central, devendo para Rothbard: acabar com o banco central norte-americano). A independência é referente à intervenção burocrática, desde o início da criação do banco central. O banco central, que é guiado por peritos económicos desempenha a luta contra a inflação. Os banqueiros privados são os inimigos da inflação, pois a inflação prejudica economicamente os bancos privados. No entanto, nem todos os bancos privados são necessariamente inimigos da inflação, isto é, existem bancos privados que possuem relações tão próximas com o banco central que não são inimigos da inflação.

A inflação (que é provocada pelos Bancos centrais para Rothbard) resulta na oferta de dinheiro, aumentando o dinheiro, faz com que este valha menos. Apenas uma instituição social, legalmente instaurada pode criar dinheiro, mas se um cidadão cria

---

<sup>183</sup> Ibid. p. 73.

<sup>184</sup> Rothbard, Murray Newton, *The case against the fed*, Ludwig von Mises Institute, Auburn, Alabama, 1994, p. 3.

dinheiro do nada é acusado de falsificação da moeda (a diferença reside no termo “legalmente instaurada”, mas qualquer medida por ser legalmente instaurada não equivale a que seja justa – isto é, a que atenda a uma concepção de justiça libertária, daí a crítica à criação de dinheiro que Rothbard apresenta). O dinheiro, na economia, equivale a pedaços de papel emitidos pelo banco central, sendo este, o único responsável pela inflação. Logo não é necessário qualquer banco central.

Falsificar a moeda tem consequências desastrosas para a economia, pior que a inflação de preços. Falsificar a moeda significa alterar de forma grave os pilares morais dos direitos de propriedade, que são a base de qualquer economia de mercado. Falsificar a moeda é inflacionário, redistributivo, distorce o sistema económico, equivalendo a um roubo<sup>185</sup>.

O papel-moeda, do Governo, é uma falsificação da moeda. Atualmente, a forma de falsificação bancária é através da banca de reserva fracionária. “Desde então os bancos assumiram o hábito de criar recibos de armazenagem (na época, notas bancárias; atualmente, depósitos em conta-corrente) sem qualquer lastro. Essencialmente, eles se tornaram fraudadores que criam falsos recibos de armazenagem que circulam como se fossem genuínos e totalmente lastreados por cédulas de dinheiro. Os bancos ganham dinheiro ao simplesmente criarem dinheiro do nada — antes, eles podiam criar suas próprias cédulas; hoje, eles criam apenas depósitos eletrônicos”<sup>186</sup>. Na prática consiste em emprestar mais dinheiro que aquele que se tem disponível no banco, isto é, multiplicar recibos falsos.

O banco central iniciou-se em Inglaterra em 1694, na qual era de propriedade privada até ser nacionalizado no século XX. Os seus papéis foram de financiar o *deficit* do Governo e falsificar a moeda de modo a que se evitem pânicos bancários. O banco de Inglaterra era um banco de reserva fracionária.

O banco central oferece garantias enquanto os outros bancos estão com problemas. O seu trabalho é centralizador, aumentando as reservas ao triplo (se necessário) de depósitos no banco central. O papel do banco central é a compra de ativos.

---

<sup>185</sup> Ibid. p. 27.

<sup>186</sup> Rothbard, Murray Newton, *O sistema bancário de reservas fracionárias*, 11 de maio de 2010, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=311>, Acesso em 15 de março de 2014.

Nos EUA o banco central surge após o pânico de 1907, sendo necessário para reduzir a tendência dos bancos comerciais de se expandirem de mais. Embora os bancos comerciais usem o banco central para melhorar os seus benefícios. Para que o banco central tivesse avançado foi necessário o apoio de economistas, acadêmicos e peritos em finanças. Por exemplo, vários membros que formaram o banco central eram da J. P. Morgan (um banco privado norte-americano). O banco central não iria ser comandado pelo monopólio da bolsa dos EUA (Wall Street), seria gerido por funcionários do Governo, comerciantes e banqueiros. Durante a 1ª Grande Guerra, o banco central duplicou a oferta de dinheiro e os preços duplicaram conseqüentemente. O banco central (pelo menos dos EUA que Rothbard aborda) tem o papel da compra e venda de títulos em mercado aberto (por exemplo compra e vende títulos da dívida pública dos EUA).

## Conclusão

Neste trabalho procurou-se desenvolver uma crítica ao Estado Contemporâneo tendo em conta as obras de Murray Rothbard. As obras deste autor têm os seguintes objetivos: mostrar as contradições do Estado, bem como fazer uma crítica a qualquer género de intervenção do Estado na economia. O trabalho teve como objetivo desmontar os argumentos que defendem que: 1) o Estado deve existir e 2) o Estado é bom para os seres humanos, violam a liberdade individual (a crítica ao Estado, de modo geral, foi feita pelo Libertarismo de Rothbard, baseado nos direitos e na teoria da propriedade) e que a intervenção estatal na economia é realizada de diversas formas que se consideram negativas: 1) pelos impostos; 2) pelo controlo do dinheiro; 3) pela existência do banco central; 4) pela inflação.

O ponto de vista teórico, sob o qual este trabalho foi elaborado, procura mostrar que qualquer Estado é essencialmente imoral e viola os direitos de propriedade individuais, do mesmo modo que se avança nas críticas das concepções de Estado Mínimo, como as que estão presente no minarquismo, especialmente no pensamento de Robert Nozick.

O trabalho inclui uma crítica, *per se*, ao conceito de Estado, estando implícita uma crítica aos impostos, ou à tributação, que faz com que o Estado se mantenha, desenvolva e consiga crescer. A perspetiva apresentada refere-se a duas áreas em interceção: a Filosofia Política e a Economia Política, daí ser dada tanta importância a uma crítica aos impostos. Rothbard, ao longo de diversas obras de cariz económico e filosófico-político criticou de diferentes ângulos o conceito de imposto e a sua ausência de neutralidade. Contemporaneamente continuam a ser os impostos que mantêm o Estado e os seus serviços a funcionar, bem como sustentam os serviços que o Estado presta, que têm papel essencial na distribuição da riqueza. É fundamental fazer uma crítica aos impostos, tentando mostrar que os impostos são imorais (mesmo que ajudem quem mais precisa). *Stricto sensu*, a crítica aos impostos é central, quer para mostrar a imoralidade do Estado, quer para mostrar as falhas do conceito de Estado, por isso, se insistiu tanto nos impostos e na crítica inerente à sua existência. A concepção de Estado apresentada contém diferenças relativamente aos conceitos clássicos de Estado, pois naquela criticam-se as ações imorais por parte do Estado.

A perspectiva apresentada é essencialmente radical, pois, no fundo, visa alterar a sociedade que temos hoje em dia por uma sociedade diferente, onde se respeitem as liberdades de cada um. É essa a base do Libertarismo. Uma perspectiva do género, neste momento apenas é teórica, pois visa alterar a forma como se encara a política, alterando o modo de os seres humanos entenderem as relações de uns com os outros. Assim, a crítica ao conceito de Estado partindo da obra de Rothbard é, do meu ponto de vista, a melhor forma para alcançar uma sociedade Anarco-Capitalista, tendo como principal objetivo o respeito dos direitos de propriedade e da liberdade de cada um.

## **Bibliografia principal**

- Rothbard, Murray Newton, *A Anatomia do Estado*, 1ª edição, Tradução: Tiago Chabert, Revisão: Leandro Roque e Fernando Chiocca, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2012.
- Rothbard, Murray Newton, *A Ética da Liberdade*, 2ª edição, Tradução: Fernando Fiori Chiocca, Revisão Priscila Catão, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2010.
- Rothbard, Murray Newton, *A Grande Depressão Americana*, Tradução Pedro Sette-Câmara, Revisão final Fernando Fiori Chiocca, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2012.
- Rothbard, Murray Newton, *Educação: Livre e obrigatória*, 1ª edição, Tradução Filipe Rangel Celeti, Revisão final de Fernando Fiori Chiocca, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2013.
- Rothbard, Murray Newton, *El hombre, la economía y el Estado; Tratado sobre principios de economía*, Volume I, Tradução Norberto R. Sedaca, Prologo da edição espanhola Alberto Benegas Lynch, Unión Editorial, Madrid, 2011.
- Rothbard, Murray Newton, *El hombre, la economía y el Estado; Tratado sobre principios de economía*, Volume II, Tradução Norberto R. Sedaca, Unión Editorial, Madrid, 2013.
- Rothbard, Murray Newton, *Esquerda e direita: perspectivas para a liberdade*, 3ª edição, Tradução Maria Luiza X. de A. Borges, Revisão para a nova ortografia Fernando Fiori Chiocca, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2010.
- Rothbard, Murray Newton, *O que o Governo fez com o nosso dinheiro?* 1ª edição, Tradução Leandro Roque, Revisão final Fernando Ulrich, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2013.
- Rothbard, Murray Newton, *Por Uma Nova Liberdade: O Manifesto Libertário*, 1ª edição, Tradução Rafael de Sales Azevedo, Revisão Fernando Fiori Chiocca e Tatiana Villas Boas Gabbi, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2013.

Rothbard, Murray Newton, *The Case Against The Fed*, Ludwig von Mises Institute, Auburn, Alabama, 1994.

Rothbard, Murray, *La Natureza Catastrófica de las Leyes de Salario Mínimo*, tradução Mariano Bas Uribe, s. l. e., s. a.

### **Web grafia principal**

Rothbard, Murray Newton, *A Estatística, o ponto fraco do Governo*, 5 de junho de 2013, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1615>, Acesso em 20 de março de 2014.

Rothbard, Murray Newton, *Como funciona a burocracia estatal*, 8 de fevereiro de 2013, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1180>, Acesso em 19 de março de 2014.

Rothbard, Murray Newton, *Free Market*, Disponível em <http://www.econlib.org/library/Enc/FreeMarket.html>, Acesso em 25 de março de 2014.

Rothbard, Murray Newton, *Justiça, Poluição do Ar e Direitos de Propriedade*, 9 de dezembro de 2011, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1177>, Acesso em 18 de março de 2014.

Rothbard, Murray Newton, *Liberdade, Desigualdade, Primitivismo e Divisão do Trabalho*, Disponível em <http://www.libertarianismo.org/livros/mnrldpedt.pdf>, Acesso em 12 de março de 2014.

Rothbard, Murray Newton, *Libertarianismo na China Antiga*, de 30 de abril de 2010, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=673>, Acesso em 17 de março de 2014.

Rothbard, Murray Newton, *Libertários e conservadores: uni-vos contra o verdadeiro inimigo*, 26 de abril de 2013, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1583>, Acesso em 19 de março de 2014.

Rothbard, Murray Newton, *Mitos e verdades sobre o Libertarismo*, de 5 de fevereiro de 2010, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=558>, Acesso em 17 de março de 2014.

Rothbard, Murray Newton, *O Setor Público: o Governo como Empresário*, 23 de abril de 2008, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=84>, Acesso em 15 de março de 2014.

Rothbard, Murray Newton, *O Sistema Bancário de Reservas Fracionárias*, 11 de maio de 2010, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=311>, Acesso em 15 de março de 2014.

Rothbard, Murray Newton, *Os Libertários e do Estado*, de 8 de setembro de 2008, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=146>, Acesso em 16 de março de 2014.

Rothbard, Murray Newton, *Os libertários são anarquistas?*, 2 de abril de 2008, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=69>, Acesso em 13 de março de 2014.

Rothbard, Murray Newton, *Os negócios do governo*, 14 de abril de 2008, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=78>, Acesso em 14 de março de 2014.

Rothbard, Murray Newton, *Un Futuro de Paz y de Capitalismo*, 17 de julho de 2004, Disponível em [http://www.jorgevalin.com/artic/trad/futuro\\_de\\_paz\\_y\\_capitalismo\\_rothbard.htm](http://www.jorgevalin.com/artic/trad/futuro_de_paz_y_capitalismo_rothbard.htm), Acesso em 3 de abril de 2014.

Rothbard, Murray Newton, *World War I as Fulfillment: Power and the Intellectuals*, 9 de junho de 2007, Disponível em <http://mises.org/daily/2543>, Acesso em 11 de março de 2014.

### **Bibliografia secundária**

Bobbio, Norberto, *Dicionário de Política*, Volume I, 11ª edição, Tradução Carmen C. Varriale, Caetano Lo Mônico, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cascais e Renzo Dini, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

Calhoun, John, *Dissertação Sobre o Governo*, Tradução de João C. S. Duarte, Estudos introdutórios Viriato Soromenho Marques e Diogo Pires Aurélio, Circulo de Leitores, s.l.e., 2008.

- Constantino, Rodrigo, *Economia do Indivíduo: O Legado da Escola Austríaca*, 1ª edição, Revisão Odil Augusto David, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2009.
- Gaus, Gerald & Kukathas, Chandran, *Handbook of Political Theory*, Sage, s.l.e, 2004.
- Goodin, E. Robert & Pettit, Philip & Pogge Thomas, *A Companion to Contemporary Political Philosophy*, 2ª edição, Blackwell Publisher, Victoria, 2007.
- Hamowy, Ronald, *The Encyclopedia of Libertarianism*, Sage, s.l.e, 2008.
- Hayek, Friedrich August von, *Direito, Legislação e Liberdade: Volume II A miragem da justiça social*, Tradução Maria Luiza X. de A. Borges, Apresentação da obra e revisão da tradução Henry Maksoud, Visão, São Paulo, 1985.
- Hoppe, Hans-Hermann, *Uma Teoria do Socialismo e do Capitalismo*, 2ª edição, Tradução Bruno Garshagem, Revisão final Tatiana Villas Boas Gabbi, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2013.
- Huerta de Soto Jesús, *Estudios de Economía Política*, 2ª edição, Unión Editorial, Madrid, 2004.
- Huerta de Soto, Jesús, *Nuevos Estudios de Economía Política*, 2ª edição, Unión Editorial, Madrid, 2007.
- Huerta de Soto, Jesús, *Socialismo, Cálculo Económico y Función Empresarial*, 4ª edição, Unión Editorial, Madrid, 2010.
- Jouvenel, Bertrand de, *Ética da Redistribuição*, 2ª edição, Tradução Rosélis Pereira, Revisão Cristiano Fiori Chiocca, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2012.
- Jouvenel, Bertrand de, *Sobre El Poder: Historia Natural de su Crecimiento*, Tradução Juan Marcos de la Fuente, Prólogo Dalmacio Negro Pavón, Unión Editorial, Madrid 1998.
- Kelsen, Hans, *Teoria Geral do Direito e do Estado*, 2ª edição, Tradução Luis Carlos Borges, Martins Fontes, São Paulo, 2000.

- Kinsella, Stephan, *Contra a Propriedade Intelectual*, 1ª edição, Tradução Rafael Hotz, Instituto Ludwig von Mises Brasil, São Paulo, 2010.
- Leoni, Bruno, *Liberdade e a Lei: Os Limites entre a Representação e o Poder*, 2ª edição, Tradução Rosélis Maria Pereira e Diana Nogueira, Revisão Roberto Fiori Chiocca, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2010.
- Locke, John, *Dois Tratados do Governo Civil*, Tradução introdução e notas Miguel Morgado, Edições 70, Lisboa, 2006.
- Mazzilli, Marcello, *Estado? Não Obrigado! O manual Libertário, ou o ABC do antiestatismo*, 1ª edição, Tradução Roberto Fiori Chiocca, Revisão Fernando Fiori Chiocca, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2010.
- Mises, Ludwig von, *Ação Humana: Um Tratado de Economia*, 3.1ª edição, Tradução, Donald Stewart Jr., Revisão Tatiana Gabbi, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2010.
- Mises, Ludwig von, *As Seis Lições*, 7ª edição, Tradução Maria Luiza Borges, Revisão Núbia Tavares, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2009.
- Mises, Ludwig von, *O cálculo económico sob o socialismo*, 1ª edição, Tradução Leandro Augusto Gomes Roque, Instituto Ludwig von Mises Brasil, São Paulo, 2012.
- Nagel, Thomas e Murphy, Liam, *O Mito da Propriedade: os impostos e a justiça*, Tradução Marcelo Brandão Cipolla, Martins Fontes, São Paulo, 2005.
- Nock, Albert J., *Nuestro Enimigo, el Estado*, 1ª edição, Tradução Almudena Santalla Rodriguez, Prefácio Frank Chodorox, Editorial Innisfree, s.l.e., 2013.
- Nock, Albert Jay, *On Doing the Right Thing and Other Essays*, Harper & Brothers Publishers, New York and London, 1928.
- Nozick, Robert, *Anarquia, estado e utopia*, Tradução Vítor Guerreiro, Introdução João Cardoso Rosas, Edições 70, Lisboa, 2009.

Paul, Ron, *Definindo a Liberdade: 50 questões fundamentais que afetam a nossa liberdade*, 1ª edição, Tradução Caio Márcio Rodrigues e Tatiana Villas Boas Gabbi, Instituto Ludwig Von Mises Brasil, São Paulo, 2013.

Reale, Miguel, *Teoria do Direito e do Estado*, 5ª edição, Editora Saraiva, São Paulo, 2000.

Spooner, Lysander, *La Constitución sin autoridad: no es traición*, Tradução Nidia Benítez, OrdenVoluntario.org, Assunção, 2011.

### **Web grafia secundária**

Gordon, David, *Murray Rothbard (1926-1995)*, Janeiro 2008, Disponível em <http://mises.org.br/Article.aspx?id=37>, Acesso a 20 de março de 2014.

Hanke, Steve, *A Espiral Decadente da Venezuela*, <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1740>, Acesso em 2 de abril de 2014.

Hoppe, Hans-Hermann, *A Ética Rothbardiana*, 19 de outubro de 2012, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1437>, Acesso em 12 de março de 2014.

Hoppe, Hans-Hermann, *A fraude chamada 'Estado'*, 21 de agosto de 2010, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=151>, Acesso em 11 de março de 2014.

Kofman, Fredy, *Libertarismo*, Novembro de 2011, Disponível em: <http://www.miseshispano.org/2011/11/que-es-libertarismo/>, Acesso em 15 de março de 2014.

Lamont, Julien, *Distributive Justice*, Janeiro de 2013, Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/justice-distributive/>, Acesso em 20 de junho de 2014.

Molyneux, Stefan, *Por que um Estado mínimo inevitavelmente leva a um Estado máximo?*, 17 de outubro de 2009, Disponível em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=291>, Acesso em 1 de abril de 2014.

Oppenheimer, Franz, *The State*, Disponível em <http://www.franz-oppenheimer.de/state0.htm>, Acesso em 26 de março de 2014.

Pereira, Ana Fonseca, *Guerra na Síria já matou mais de 130 mil pessoas*, 31 de dezembro de 2013, Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/guerra-na-siria-ja-matou-mais-de-130-mil-pessoas-1618059>, Acesso em 26 de março de 2014.